



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 57

Sessão Ordinária de Fevereiro

5.ª Reunião de 17-03-2008

Aos dezassete dias do mês de Março de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Bastos Marques Rodrigues, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, José Fernandes Pereira, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

João António Fernandes Pedroso, João Alberto Simões Barbosa e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 23:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais José da Cruz Costa, António Carvalho Serra Granjeia e Arsélio Almeida Martins, pelos sucedâneos na lista de candidatura, António Bastos Marques Rodrigues, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, José António Tavares Vieira e Carlos Mário de Magalhães Anileiro, se fizeram substituir nesta reunião por Júlio Vasconcelos de Oliveira e José Fernandes Pereira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

PONTO 9. – MOVEAVEIRO – SITUAÇÃO ACTUA E FUTURA.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Líder do Grupo Municipal do BE, para fazer a apresentação da [Moção](#): Financiamento dos Transportes Públicos Municipais, e da [Recomendação](#): Remunicipalização da Empresa de Mobilidade.

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁶²

“Boa noite a todos. O que levou o Bloco de Esquerda a agendar este ponto, como todos sabem, tem a ver com a situação da MoveAveiro – Empresa Municipal de Transportes. E pareceu-nos que esta Assembleia não devia passar ao lado deste problema como se nada estivesse a passar. Porque o que se passa na MoveAveiro tem a ver com a Câmara Municipal. E, portanto deve ser motivo e tema de debate nesta Assembleia.

A Moção e a Recomendação foram distribuídas e vou passar a ler a minha intervenção.

O Bloco de Esquerda apoia a luta dos trabalhadores da MoveAveiro, e a municipalização dos transportes, por se tratar de um serviço social e não um negócio, como aquilo que é pretendido pela Câmara Municipal. A forma como os trabalhadores da empresa municipal de transportes têm sido tratados, é indigna e nada tem a ver com gestão democrática.

É o fruto da política neo-liberal do PSD, PS e PP que, despreza e desrespeita os Direitos de quem, diariamente, desenvolve honestamente, a sua actividade profissional num serviço que é social e não uma actividade empresarial lucrativa.

Desde Outubro passado e face às notícias de iminente privatização, o processo estagnou, com os representantes da Câmara Municipal a não assumirem a matéria já acordada, o que contraria todo o processo que foi encetado durante vários meses.

Significa também que há trabalhadores com funções semelhantes e com vínculos laborais diferentes, sendo que aqueles que foram admitidos mais recentemente encontram-se numa situação de maior precariedade e a auferir salários mais baixos. Este facto constitui uma violação do real valor do factor trabalho e da honesta negociação prevendo-se, obviamente, que as intenções de privatização da MoveAveiro estejam a comandar esta atitude.

O Vereador Pedro Ferreira declarou: «a qualidade do serviço irá aumentar com a concessão»! Esta afirmação é, como usa dizer-se, um tiro no próprio pé, já que assim declara que, enquanto Presidente do Conselho de Administração da MoveAveiro, aquilo que não consegue fazer.

E ao contrário daquilo que afirma, quando diz que sempre esteve disponível para a negociação com os trabalhadores, na verdade é o responsável pelo cancelamento das negociações e pelas rasteiras feitas aos trabalhadores.

O senhor esteve de sofisma, à espera de legislação do Governo para se quedar e não dar ouvidos aos trabalhadores. Isso é batota e não negociação e, nunca deve interferir com os compromissos anteriormente assumidos na negociação. Haja palavra pelos compromissos tomados. Sempre assim é quando não se negocia com lisura e se está refém de interesses estranhos.

Eu, sei bem o que são este tipo de negociações... já de lá venho... e assumo que sou contra a privatização da MoveAveiro e estou do lado dos trabalhadores. Tenha a mesma coragem e frontalidade afirmando que é pela privatização e que pouco lhe importa a situação dos trabalhadores.

Porque razão não demonstra a sua propalada competência e procura implementar uma estrutura intermunicipal para os nossos transportes, até como forma de viabilização económica? Porque razão se vira deliberadamente para a privatização?

E o senhor Presidente, Élio Maia, politicamente nada tem a dizer? O senhor, afinal, é o Presidente da Autarquia, politicamente responsável por tudo aquilo que à Câmara respeito diz

e, por isso, não deve ficar-se pelas trincheiras, agachado, com medo dos “projécteis” e dos estilhaços de uma “guerra” que ajudou a alimentar com a sua comprometedora quietude! O senhor Presidente só tem a dizer que o Estado só comparticipa, financeiramente, se a gestão for privada? E com isso se conforma?

A sua obrigação e o caminho são, os Partidos da Oposição, o Partido Socialista e o principal Partido desta Coligação, proporem legislação que altere essa aberração sem sentido.

Os senhores preparam-se para subsidiar a empresa que ficar com o negócio, em cerca de 1,5 milhão de euros por ano, dinheiro esse de todos nós munícipes, a propósito de quê?

A criação da MoveAveiro resolveu qual problema? Nenhum. Antes se tornou um foco de obstáculos. Não há qualquer razão para a manter e, esta maioria prometeu em campanha eleitoral extinguir as empresas municipais!

Proponho aos senhores deputados desta Assembleia que façam o simples exercício de imaginarem-se na situação dos trabalhadores da MoveAveiro e, decidirem em conformidade com as vossas consciências.

Senhores deputados da maioria e não só, o mais importante nas vossas atitudes é o valor do seu próprio significado e não a aspereza de meros números que frequentemente atirais contra quem vos compete defender — neste caso os trabalhadores da Câmara Municipal e cidadãos munícipes que participaram na eleição de todos nós. Por muito que argumentem, não esqueçais, nunca, isso mesmo!

A MoveAveiro foi formada pela gestão PS, com o argumento de receber subsídios do Estado? Afinal, visto está que foi o caminho para descartar trabalhadores. E se não foi, melhor ainda. Podemos municipalizar a empresa visto que o objectivo de receber financiamento do Estado, não foi conseguido e, por tal, não se justificar a existência da empresa municipal. Defendemos a integridade da Empresa e a sua total municipalização.

A Câmara deve exigir do Poder Central o mesmo tratamento que é dado aos serviços dos transportes de Lisboa e do Porto de financiamento parcial, pela simples razão de, tratar-se de um serviço social, dentro do mesmo país e não ali ao lado, além fronteiras.

Os transportes são um bem essencial e estruturante para a moderação do consumo energético, para um correcto ordenamento do território, para a diminuição da poluição e para o aumento da qualidade de vida, pelo que acarretam muitos benefícios económicos e outros, não contabilizados. Mas, os senhores só vêm algarismos! A situação vivida na MoveAveiro, representa o fracasso da Governação PSD/PP. Por tudo isto, apresentamos este ponto concreto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal.

Finalmente e parafraseando, Gabriel Garcia Marquez «tantas coisas aprendi com vós homens... aprendi que todo o mundo quer viver no cimo da montanha, sem saber que a verdadeira felicidade está na forma de subir a escarpa. Aprendi que o homem só tem direito a olhar o outro de cima para baixo, quando está a ajudá-lo a levantar-se». Muito obrigado.»

Presidente da Mesa ⁶⁴

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁶⁵

“Senhora Presidente, senhores deputados, senhores Vereadores, senhores trabalhadores da MoveAveiro, senhores Jornalistas.

Apenas tomámos a palavra porque entendemos que era importante a Câmara Municipal dar alguns esclarecimentos que possam aprofundar o debate entre V. Exa. e dar o nosso ponto de vista e a nossa contribuição.

Nesse sentido, quando comecei a preparar esta breve reflexão, pensei em falar-vos sobre alguns valores e ideias por três motivos.

Primeiro, porque estamos de facto a falar de algo estruturante em termo de futuro da sociedade; em segundo porque pertenço a um partido social-democrata e portanto desde a sua génese interclassista e portanto dá muita relevância às questões sociais e laborais; e em terceiro ponto porque se trata uma questão enquadrável em termos de direitos humanos, nomeadamente nos direitos humanos de terceira geração — como sabem tenho grande apreço por este tema.

No entanto, e após alguma reflexão percebi uma coisa. Eu neste momento tenho trinta anos e as pessoas que propuseram esta análise deverão estar quase no dobro da minha idade (refiro-me ao BE e ao PCP) e nos últimos trinta anos as pessoas continuam a defender as mesmas ideias. Portanto não fazia sentido estar aqui a falar para quem tem ideias formadas há trinta anos e a pensar sempre da mesma forma.

Nesse, sentido alguns factos e tecer alguns comentários. Primeiro queria transmitir-vos que a análise não deveria ser a MoveAveiro situação actual e futuro, deveria ser MoveAveiro passado, presente e futuro. E nesse sentido deixem-me transmitir então algumas ideias.

No passado, os Transportes Urbanos iniciaram-se em Aveiro há 40 anos, tendo sido durante muitos anos incorporados no SMA/STUA e financiados pelas receitas provenientes da Água.

Os Transportes Fluviais foram durante muitos anos explorados por uma parceria entre a CMA, a Junta de S. Jacinto e os estaleiros navais. Uma empresa, que se recordam chamada Transria, que já foi este executivo que procedeu à sua liquidação — reparem no exemplo de Parceira Público Privado, já nessa altura.

As bicicletas (BUGAS) como meio de deslocação pública existem em Aveiro desde 2000. São gratuitas para o utilizador, note-se, mas não são para o munícipe; e conhecem um problema de sustentabilidade desde a altura em que o executivo camarário anterior decidiu vender a publicidade a duas entidades diferentes ao mesmo tempo.

Os Parquímetros começaram a existir por forma a regular o estacionamento de curta duração e a ocupação do espaço público. Estas são as áreas de intervenção da MoveAveiro.

Então vejamos o processo de constituição que em 2005 pretendeu resolver dois problemas da CMA. Primeiro a ilegalidade da Transria (já tinha apenas um sócio que era a CMA, numa sociedade por quotas; e em segundo retirar o custo dos Transportes das Águas.

Por isso percebemos que a empresa não foi constituída, não como um grande projecto de mobilidade, mas por necessidade clara da CMA.

Importa referir também que o Capital Social da Empresa não foi realizado na totalidade (para quem fala de incapacidade de gestão)

A introdução dos parquímetros que foi para tentar dar sustentabilidade ao projecto, mas para se atingirem os valores de referência no estudo de viabilidade teríamos de ter 3 vezes a área de parquímetros actuais para que fossem atingidos os valores indicados na altura.

Um último ponto ainda sobre o passado. Desde essa altura foram previstas pelo Executivo Socialista, a concessão ou privatização da empresa (como todos podem constatar nos estatutos).

Mais uma pequena referência. Desde os anos 80 que há uma clara quebra na procura de transportes públicos, não só em Aveiro, mas todo Portugal e em toda Europa.

Passemos então à análise do presente. Dar-vos alguns dados porque é importante termos estes dados. Aumento do gasóleo nos últimos 12 meses – 21%; Aumento da Inflação na zona Euro – 3,3%, em Portugal 2,9%; Proposta do IMTT para aumento dos Transportes em 2008 foi 3,92%; Aumento da Câmara para as Tarifas para 2008 foi 85% inferior das mesmas, situam-se abaixo dos 2,5% — todas as tarifas sociais abaixo deste valor.

Défice dos Transportes Urbanos situa-se (para terem uma noção) em € 1.600.000,00. Défice dos Transportes Fluviais em € 315.000,00; Défice nas Bugas em € 60.000,00; Défice de Estrutural em € 160.000,00. Défice total da empresa, sem Amortizações, nem investimento em € 2.135.000,00/ano.

Passamos aos salários em atraso. Os processamentos de vencimentos na MoveAveiro foram processados nas seguintes datas: mês de Janeiro, em 25 Janeiro de 2007; mês de Fevereiro, em 23 de Fevereiro 2007; mês de Março, em 22 de Março de 2007; mês de Abril, em 23 Abril de 2007, mês de Maio, em 22 de Maio de 2007; mês de Junho, em 22 de Junho de 2007; Subsídio de férias pago em 11 de Julho de 2007; mês de Julho, em 26 de Julho de 2007; mês de Agosto, em 22 de Agosto de 2007; mês de Setembro, em 26 Setembro de 2007; mês de Outubro, em 25 de Outubro de 2007; mês de Novembro, em 22 de Novembro de 2007; subsídio de Natal pago em 14 de Dezembro de 2007; mês de Dezembro, em 02 de Janeiro de 2008; mês de Janeiro de 2008, pago a 31 de Janeiro; mês de Fevereiro de 2008, pago a 25 de Fevereiro. Portanto quanto à questão de salários em atraso julgo que estamos esclarecidos.

O Acordo de empresa. É e sempre foi do interesse do Conselho de Administração estabelecer um acordo de empresa. O reconhecimento deste interesse manifestou-se na prática nas diversas reuniões realizadas entre o Conselho de Administração os representantes e os trabalhadores ao longo de ano e meio no sentido de negociarem as propostas formuladas por ambos os intervenientes.

À luz da nova Lei de 12/2008, o que já foi analisado no âmbito de negociação de acordo de empresa terá de ser obrigatoriamente revisto sobre pena de não servir aos trabalhadores da MoveAveiro que pertencem aos quadros da Câmara Municipal e que representam a grande maioria. Esta via de acordo de negociação foi já acordado com o SINTAP, estando este Conselho de Administração convicto de que o STAL não deixará de tomar uma posição ajustada à vontade dos trabalhadores e ao escrupuloso cumprimento da Lei.

Por último informamos que após a publicação daquela lei e da clarificação daí decorrente o processo negocial irá como sempre foi nosso desejo, conhecer a devida continuação. E temos já marcado uma reunião para amanhã.

Quanto à questão do Respeito e Dignidade. Quer o Presidente do Conselho de Administração da MoveAveiro, quer o senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, sempre receberam os trabalhadores. Nunca aconteceu nenhum pedido de reunião ser recusado. Respeito pelos trabalhadores sempre houve e continuará a haver. Estamos a trabalhar, até pelo respeito que nos merecem, para 80 trabalhadores requisitados à câmara Municipal, mas estamos também e principalmente a trabalhar para todos os Aveirenses.

No Futuro. De acordo com o relatório de avaliação feito pela empresa que efectuou o primeiro estudo para a concretização da MoveAveiro, concluímos que se mantiver a situação como está, tal significaria um esforço financeiro por parte do accionista único Câmara Municipal de cerca de 14.357.000,00€ até 2012 — quase três milhões de euros por ano.

A questão da Intermunicipalidade. Somos dos mais acérrimos defensores da Intermunicipalidade, não só nesta área mas noutras também, mas vamos apenas tecer duas considerações em relação a este assunto. Os outros municípios sabem os custos que tem a MoveAveiro e não foram consultados aquando da sua formação.

Como sabem à excepção destas últimas experiências em Oliveira do Bairro e Oliveira de Azeméis, não existem transportes públicos municipais na região de Aveiro, apenas carreiras escolares ou intermunicipais, e estas são financiadas pela Administração Central.

A MoveAveiro nestes dois processos, não conseguiu ter capacidade concorrencial com os privados porque os seus custos são muito superiores aos dos privados, cerca de 1/3, pelo que a outras autarquias não têm interesse num projecto que lhes fica mais caro.

Verbas da Administração Central. Quase desde o início dos Transportes Públicos em Aveiro que os vários responsáveis têm vindo a lutar por estas verbas, a verdade é que até hoje a única luta a este respeito que foi ganha, foi por nós, neste momento os serviços do Ministério da Justiça já nos pagam os passes — pequena vitória, confesso.

É obvio que se trata de uma injustiça. Porque é que apenas duas áreas metropolitanas é que são abrangidas por esta regalia; os outros continuam a ser uns parolos lá das aldeias?!

A gestão destes Transportes não merece o mesmo tratamento? Porque esta diferenciação negativa?

Nos últimos dias de 2007 foi decretado pelo Governo mais um subsídio para Lisboa e Porto de 5 Milhões de euros. Assim é fácil gerir porque todos os prejuízos vão para dívida pública — o que como sabem não pode acontecer na CMA.

Mas pior, as carreiras intermunicipais são financiadas, o que é altamente prejudicial para Aveiro. Exemplo: ir da Estação a Nariz, como é dentro do concelho não é financiado, mas uma carreira da Estação a São Salvador (Ílhavo), metade da distância (como é outro concelho) é financiada pela Administração Central.

Este tipo de financiamentos gera distorções competitivas entre municípios, são este tipo de vantagens que fazem as populações morem fora de Aveiro.

Bem, quanto às hipóteses para o futuro. A Remunicipalização ou retorno dos Transportes como defende o BE e o PCP. Defendem que diminui os custos administrativos e mantém o serviço público?! Analisemos os custos administrativos, que custos tem a empresa, economato, informática, recursos humanos. Muito bem, vejamos o economato. Diminuímos umas folhas, mas mantém-se as guias, os bilhetes, etc, etc; diminuição residual ao longo do ano mais ou menos €2.500,00; e já é muito. Informática e electricidade a mesma coisa. Então de que estamos a falar? Dos recursos humanos? Aquilo que o PCP e o BE defendem é o corte nos recursos humanos; despedir pessoas?! A brilhante a solução desta dupla de esquerda é despedir trabalhadores.

A questão do serviço público. Em Portugal temos várias entidades públicas e privadas a prestar serviços públicos, e nesta área, exemplos: Metro de Lisboa e Metro do Porto. Uma é gestão pública outra é gestão privada. Em Lisboa a Carris (Público, uma desgraça), no Porto é um Privado; um exemplo a nível europeu, não sou eu que o digo. Quanto a isto estamos esclarecidos.

Manutenção do status quo é o que defendem alguns do PS. Transfere-se para lá dinheiro! Brilhante a defesa nesta Assembleia pelo deputado Pires da Rosa da manutenção deste encargo para o município depois do seu colega de bancada Raul Martins ter dito que a privatização até pode ser uma boa solução, diz-nos tudo sobre o PS. Uns agarrados ao passado e aos erros que cometeram e assim a condicionarem-se para o futuro e outros que não se conseguem afirmar nem com ideias próprias nem para assumirem uma posição difícil mas que faz os grandes partidos de governo.

Mas esclarecendo, manter os € 2.500.000,00, não chega, mas representa cerca de 8% do fluxo de caixa anual da CMA. Isto é, sem fazer nada, sem decidir políticas de mobilidade a CMA já gasta 8% das suas receitas correntes numa empresa. Senhor deputado Pires da Rosa, estes são os custos estruturais que vão ficando sempre, e que não permitem aos governos, quer nacionais, quer locais, intervir nos momentos de maior aperto e de crise. Se é isso que pretende, nunca venha para funções executivas porque para aqui estar esses são os primeiros custos que nos batem à porta.

Concessão. Objectivamente, como vimos, ninguém falou aqui de melhoria do serviço, apenas de aspectos de arreigadas convicções políticas ou de oportunismos temporais. Pois bem, pensamos que uma concessão poderá claramente permitir a redução de custos, mas também, servir para a inclusão de melhorias no serviço com uma gestão profissional de técnicos especializados nesta área e com outros conhecimentos.

Uma concessão permite à CMA um papel de maior fiscalização e de clarificação objectiva de preços, carreiras, e objectivos a cumprir. A concessão dos vários serviços independentemente permite que mais interessados estejam disponíveis nessas concessões.

Alienação de parte do Capital. A alienação de parte capital difere do processo de concessão pelo facto de em vez da CMA ser um mero agente de fiscalização (concessionário), continuará a ser um actor directo na acção da empresa. Isso tem de bom e de mau, dirão.

Em relação ao processo de concessão permitirá a intervenção de gestores mais especializados na questão intermodal e intermunicipal. Claramente pode condicionar e poderá potenciar a intermunicipalidade, claramente pode condicionar interessados que apenas tenham know-how numa das áreas de intervenção. Senhores deputados não só vos quis transmitir o presente e o futuro, mas também algo do passado, que como se sabe para prepararmos o futuro temos de ter em atenção o passado. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷

“Muito obrigado Senhora Presidente. Antes de mais, queria felicitar o deputado Jorge Afonso a quem cumprimento de forma nobre, para lhe dizer o seguinte: há nesta tarefa e de tudo o que nos apresentou para discussão, uma distinção que eu queria deixar sempre clara. Nós não podemos deixar apenas e só a tarefa que cumpre à MoveAveiro apenas como serviço social puro e absoluto. É evidente que a tarefa económica tem também o seu aspecto social.

Concordo perfeitamente com todas as críticas que faz ao Presidente do Conselho Executivo da Empresa Municipal MoveAveiro que acumula com as funções e tarefas de Presidente de Câmara, no que concerne à inabilidade e à incapacidade de negociar sobre este aspecto.

E queria dizer claramente que, de facto, quem não tem capacidade e a maleabilidade necessária e não usa os princípios básicos de que aquilo, a qual social cristão informe, ou que a qualquer outro se propugne de social-democrata queira reflectir sobre todas estas tarefas, diria eu, falta-lhe tutu — porque lhe falta a ideia de cidade, de Polis. E como lhe falta tudo isso não consegue realizar as tarefas, quero eu crer, para o desenvolvimento do sistema de transportes da cidade.

Será necessário, antes do mais, e eu queria querer que neste executivo o Senhor Presidente do Executivo se poderia socorrer dos Vereadores, Caetano Alves e Capão Filipe, no sentido de lhe proporcionar um estudo para um diagnóstico social do concelho, por forma a desenhar algumas das tarefas que porventura sobre este aspecto melhor lhe resolvessem quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social, o desempenho e o desenvolvimento da empresa.

E isto porquê? Porque de facto e diz-nos o senhor Vereador que falou pela voz do Senhor Presidente (quero crer tem trinta anos; muito jovem), mas não há problema nenhum em questão de idade. É certo que o Senhor Vereador com trinta anos, tem trezentos anos de experiência recente. E quero crer que com tudo isto ainda não deu nenhuma prova de Gestão! Pode transportar muitos papéis, pode realizar e carregar os livros que quiser e entender, mas a sua experiência de Gestão Senhor Vereador; convenhamos! A Gestão dirige-se para as pessoas. É preciso compreendê-las e é preciso ver que em todos os lados esteja na decisão esteja na execução, estão pessoas — e pessoas com compromissos. E quando demagógicamente refere as datas de pagamentos de vencimentos, era necessário e V. Exa. que é da área bancária deveria ter dito a data-valor. Porque se a data-valor for essa que disse cumpre de facto e está de facto em alguns dias em alguns meses. Porque os funcionários da MoveAveiro, e que foram requisitados à função camarária, cinco minutos basta para que a banca cobre juros da conta a descoberto. E como V. Exa. deve compreender e o deputado Rocha de Almeida sabe bem, se no fim do dia tiver a conta a descoberto no dia seguinte vai pagar com juros.

E o que era necessária era isto: o que é que está em atraso? É a falta de compromisso e do compromisso social. A não ser que isto não seja tratado por gente de bem e que ande de facto como disse e bem o nosso deputado do Bloco de Esquerda, que o Presidente do Conselho de Administração fez batota na negociação. Isto é batota! E os trabalhadores têm todo o direito de

se indignarem e de se insurgirem porque querem querer que há gente de bem de ambos ao lados e não estamos a ver isso. E não estamos a ver nem a observar em múltiplos aspectos. Queria ainda e para finalizar dos três mil anos de informação política que o Bloco de Esquerda aqui nos trouxe, do presente negro que vivemos, e do futuro que procuramos todos acautelarmos. Quero crer Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador que falou pelo senhor Presidente da Câmara, que as tarefas que se colocam à Social Democracia foram colocadas desde Hegel, Leibnitz, e hoje estão colocadas não na Social Democracia que V. Exa. apregoa, mas apenas e só naquilo que é a grande confusão da Social Democracia, seja ele bolchevique ou menchevique. V.Exa é neste Executivo o Bolchevique. Nós os Mencheviques teremos sempre que dizer: Social-Democracia é completamente diferente, não tem rigorosamente nada a ver com a teoria neo-liberal Tofleriana que V. Exa. quer aqui defender. O que nós pensamos e o que nós queremos crer, é que a Câmara de Aveiro, o Município de Aveiro, os Aveirenses têm um problema complexo para resolver. Têm umas centenas de famílias dependentes desta questão e que se arrastam. E há um serviço social que de quando em quando é entrecortado com incómodos. Há serviços que não são prestados, há muita boa gente que quer apenas e só, contribuir para o desenvolvimento económico da cidade de Aveiro e não o consegue fazer, não o consegue realizar, pela inépcia com que o Executivo apresenta no exercício das suas funções de administração nas empresas municipais. Compreendemos perfeitamente que para isso e a proposta que eu realize é a seguinte: como diz o povo quem não tem competência não se estabelece. O Senhor Presidente deve de rapidamente encontrar um assessor de transportes para que o auxilie nesta tarefa específica de tentar realizar os estudos necessários por forma a viabilizar social e economicamente uma empresa vital para todos municípios. Disse.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira)

Presidente da Mesa ⁰⁸

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰²

Presidente da Mesa ⁰⁰¹

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁰¹¹

Vogal Carlos Candal (PS) ⁰¹²

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) ⁰¹³

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁴

“Muito obrigado. Eu acho que este assunto da maneira como foi trazido a esta Assembleia pelo Bloco de Esquerda pareceu-me um texto sério. Aliás, subscrevo muitos dos considerandos que aqui o BE no propõe. Quando faz a apologia do transporte público e da promoção que deve ser dada pelo Estado. Também subscrevo muitas das preocupações que o BE manifesta no que diz respeito à empresa municipal de mobilidade.

Agora, o que não estamos de acordo é quanto ao modo como nós poderemos e devemos rentabilizar e gerir os transportes municipais em Aveiro — isso não estamos de acordo. Por isso é que estamos aqui sentados em locais diferentes. Mas respeito. Todos nós fomos eleitos democraticamente, respeito a posição do BE mas tenho a minha. E por isso entendo que a extinção da MoveAveiro pode ser uma solução, mas nesta fase não acho que deva ser a única hipótese que se deva equacionar. Acho que devemos equacionar todas as hipóteses, isto no seguimento daquilo que foi a intervenção do senhor Vereador e a quem quero cumprimentar pela sua reflexão lúcida que trouxe a esta Assembleia acerca do passado da MoveAveiro, acerca do seu presente e também acerca das perspectivas que se podem abrir quanto ao futuro. Por isso já aqui disse e volto a frisar, é um assunto que nos preocupa.

Agora, acho é que nós não podemos utilizar a MoveAveiro nem os serviços de transporte nem a mobilidade para arremesso político ou para considerações pouco próprias que o senhor Jorge Afonso faz acerca da coligação que gere os destinos de Aveiro e acerca de todos nós. Por isso a nossa motivação eu tenho a certeza é igual à do senhor, queremos o melhor para Aveiro. Temos perspectivas diferentes, mas queremos o melhor para Aveiro. Por isso agradecia que o BE (ouvem-se vozes). Senhora Presidente, retomo o meu discurso afirmando aquilo que acabei de dizer. Assistimos a vários insultos à política desta Câmara Municipal e aos partidos que a suportam e isso não pode ser. Nós não podemos admitir porque estamos na casa da democracia e por isso nós respeitamos a democracia.

Assim como também me custa muito os discursos que aqui tivemos por parte do Partido Socialista. Discursos de chacota. Discursos que fizeram rir toda a Assembleia. Este é um assunto com demasiada seriedade para esse género de considerações. E por isso eu não entendo nem embarco nesse género de considerações. Por isso eu gostava só de me cingir às questões que aqui nos trazem neste ponto da ordem de trabalhos e que tem a ver com a Moção que foi apresentada pelo BE e à Recomendação.

No que diz respeito ao primeiro texto, atendendo ao texto que nos é apresentado não vejo razão nenhuma para não o apoiar. Por isso da minha parte poderá ter o meu apoio malgrado as suas afirmações. E se aquilo que estivermos a votar for exactamente este texto de pedir para Aveiro igual e mais do que justo daquele que o Governo tem para com as cidades de Lisboa e do Porto, é claro que terá todo o nosso apoio porque todos somos poucos para reivindicar aquilo que são os nossos direitos enquanto cidadãos portugueses.

No que diz respeito à proposta de recomendação acerca da reprivatização da empresa, acho que é uma solução parcial descontextualizada de um todo e que pelo que já foi visto há muitas outras condicionantes. Do que este debate deve sair é uma posição muito forte de que esta Assembleia Municipal quer resolver os problemas da mobilidade em Aveiro, não só no que diz respeito aos serviços como também aos trabalhadores. Para nós tão importante é a empresa como são os trabalhadores, como são os utentes do serviço — e tudo tem de funcionar em harmonia porque só assim o município pode funcionar solidariamente e podemos estar contentes com aquilo que pode ser um bom serviço que nós podemos prestar aos cidadãos e é para isso que nós fomos eleitos. Era isto.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento: ⁰¹⁵

“Senhor Deputado Manuel Coimbra, V. Exa. entende que não é risível quando nos referimos que Social-Democracia não tem rigorosamente nada daquilo que o Senhor Vereador referiu? Que os Direitos Humanos de terceira geração não têm rigorosamente nada a ver com o ensino daquilo que Prudom nos ditou no que é a propriedade.

V. Exa. sabe e deve compreender que Social-Democracia não é perfilhada por esse lado. Diga-me se porventura assume essa postura? Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰¹⁶

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁷

“Muito obrigado. De facto hoje foi confrontado com algo que pensei não vir jamais a ser confrontado. Quando passam trinta e tal anos sobre o 25 de Abril, quer queiramos quer não, embora o passado faça parte da nossa história e nos ajude a identificar-nos e a posicionar-nos como cidadãos portugueses nos dias de hoje e nos possamos preparar para o amanhã que não sabemos muito bem o que é que nos irá acontecer (por isso é que a vida é interessante), mas dizia eu, toda esta polémica à volta da MoveAveiro, independente das razões suportada no estigma dos salários. Salários em atraso, salários que não são pagos, etc.

Muito bem o senhor Vereador responsável pela Administração no Conselho da MoveAveiro, fez aqui um relato que ajudou muitos daqueles que estavam distraídos e ajudou outros que já se tinham esquecido, e eventualmente outros que nada sabiam, sobre a história do que é o passado e sobre qual é o seu presente e qual é o seu futuro da MoveAveiro.

Quanto aos salários não é os trabalhadores da MoveAveiro que estão mal. É um problema de cultura nacional. É o problema de ainda continuar-mos hoje, passados os trinta e tal anos do 25 de Abril a tratar os portugueses de forma diferente. Uns são portugueses de primeira e outros são portugueses de segunda. Não é que os funcionários públicos ou equiparados estejam mal, todos os outros é que estão mal. Porque não entendo porque é que uns têm de receber ao dia 20 e outros a 24 ou 25 — não consigo perceber. Mas a iniciativa privada ainda não entrou por esse campo. É muito mais flexível quer os trabalhadores quer as administrações o que não ocorre naquilo que é o funcionalismo público.

Quanto aos salários eu penso que está tudo esclarecido. Eu compreendo as razões dos trabalhadores, compreendo a dificuldade das famílias. Eu próprio sinto na pele por vezes esta circunstância e sei que o banco não perdoa. Mas também é uma questão de nós negociarmos os prazos com os bancos. Se eu sei que recebo ao dia trinta por que carga de água tenho as minhas prestações ao dia um. Bom, isso dependerá do poder negocial de cada um.

Mas naquilo que concerne à proposta de recomendação, Moção (ainda não percebi muito bem) encontro algum suporte que me leva a concordar e a defendê-la, nomeadamente naquilo que concerne à comparticipação do Estado. Mais uma vez demonstra que o Estado é cego e trata uns como primeira e outros como de segunda. Neste caso trata todos os cidadãos da grande área metropolitana de Lisboa e do Porto como de primeira e todos os outros como paisagem. Incredivelmente continuamos a ter um país a duas velocidades — infelizmente.

Acusam, e devo confessar que eu tinha também um pouco essa percepção de que havia uma clara ausência de estratégia por parte deste município face à MoveAveiro. Depois da intervenção do senhor Vereador, fiquei hoje esclarecido quanto a essa inverdade. De facto o estudo que nos apresentou (embora de forma sucinta, devo anotar) tem aquilo que é essencial para se poder ter um rumo estratégico. Não é uma coisa de arranjar soluções (e cada cabeça sua sentença) o problema é de saber se é exequível. E para a solução ser ou não exequível primeiro é preciso diagnosticar. Primeiro é necessário ver os pontos fracos que a empresa terá e como colmatar toda essa situação e indicar o futuro.

Eu pelo menos fiquei com três linhas de orientação que eventualmente poderão vir a surgir: uma privatização (com o que traz de bom e de mau); segunda a concessão também com o que traz de bom e de mau; e uma terceira que não quero acreditar seja seguida que tem a ver com a remunicipalização. Por quanto a criação da MoveAveiro toda a gente sabe e entendeu por que ela foi executada. E eu entendo, não há nenhum executivo camarário independentemente da sua cor política, que tenha competências na área de transportes públicos, não há. Portanto se é erro nos termos os transportes sobre a alçada da Câmara, erro maior, mais grave, será voltar a colocar na alçada da Câmara — porquanto foi todo este tempo perdido de três anos, que é lançado fora com todos os custos que daí advieram para voltar a cometer o mesmo erro. Não criámos competências para gerir transportes públicos. Eu sei que a decisão é difícil. E aí eu estou de acordo com o deputado Carlos Candal quando diz que estar na oposição é muito fácil, porque dar umas opiniões não custa rigorosamente nada porque quem tem de suportar a decisão é o Executivo. E eu penso que o caminho que o Executivo está a percorrer é o caminho correcto para poder chegar a esta câmara e apresentar a solução que entende que é a mais adequada para a MoveAveiro.

Porque é que entendo que a Moção é extemporânea. Porque ela surge e seguindo o raciocínio dos salários em atraso (que não sei se é salários em atraso ou não) já ocorrem desde Janeiro do ano passado e só agora se houve falar nos salários em atraso da MoveAveiro porque até aí não ninguém se preocupou.

Eu sei que os cerca de 130 trabalhadores das MoveAveiro a multiplicar por 4 indivíduos por cada lar estaremos a falar em cerca de 620 pessoas. São 620 votos que poderão cair para um lado ou para outro. Eu entendo que isto foi um oportunismo político a apresentação desta Moção. E entendo-o por isso mesmo. Porque se a Moção trouxesse aqui algum contributo válido, trouxesse dados sérios para nós pudéssemos debruçar sobre ela eu entenderia como importante, como relevante. Como não trouxe nada de novo a não a rebater aquilo que vem sendo hábito não a entendo e por isso a acho extemporânea.

Toda a gente se preocupa com a MoveAveiro e com os seus trabalhadores. Ainda não vi ninguém a preocupar-se com aqueles que se servem da MoveAveiro, ou seja, aqueles que se servem da MoveAveiro. Não ouvi ninguém se preocupar com as centenas de famílias que pagaram passes por um mês inteiro e que foram única e simplesmente coarctado o acesso durante oito dias que não puderam fazer o transporte dos seus filhos, embora tendo pago os respectivos passes. Tiveram os seus pais que se deslocar, faltando ao trabalho, a transportar os seus filhos às escolas. Não aponte para o Executivo senhor deputado. Toda a gente tem direitos, mas tem deveres. E normalmente como diz o povo, parafraseando o povo: quando o mar bate na rocha quem se lixa é o mexilhão. E nestas coisas quem se lixa sempre são os utentes. Tenho dito.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [ans](#)

“Senhora Presidente da Mesa, Executivo, Caros Colegas. É de todos sabido que a MoveAveiro-EM., ao integrar o grupo empresarial municipal tem por principal missão assegurar um serviço público de transporte colectivo (rodoviário urbano, fluvial e ciclável “bugas”) no âmbito geográfico do concelho, enquanto factor de mobilidade, promoção do ambiente e desenvolvimento sustentável.

Como é do conhecimento de todos a criação desta empresa deveu-se, não só à “moda” da época de agilizar a Gestão através de “instrumentos de tipo empresarial”, quanto aos serviços públicos. Mas como é de todos conhecido, existe uma grave situação financeira desta empresa que está motivada pela acumulação de sucessivos défices de exploração, que no futuro, todos nós sabemos, conduzirão a um enorme esforço financeiro (tal como foi dito pelo senhor Vereador 3 milhões de euros/ano).

Sabemos também que esta situação grave foi motivada pelo facto de a Administração Central não atribuir quaisquer subsídios de exploração aos nossos Transportes Públicos em igual proporção ao que vem fazendo para Lisboa e Porto.

Atentos os objectivos estratégicos a que, no futuro próximo, esta empresa se propôs atingir, cremos que a MoveAveiro está “obrigada” a vencer a aposta da sustentabilidade financeira, da modernidade e da inovação.

Em nosso entender, tal desiderato só será atingível por via da optimização de todos os seus recursos, da melhoria das condições de mobilidade e, se possível, alargada a uma visão metropolitana de inter-municipalidade e da satisfação dos seus utentes.

É, pois, necessário, um planeamento estratégico assente num conjunto de intervenções prioritárias para a sua sustentabilidade (modernização da frota de veículos e obviamente à melhoria de condições de viagem e segurança dos seus passageiros).

O certo é que, também, não poderemos esquecer que a criação “acelerada” da MoveAveiro foi desenvolvida sem critérios de eficiência económica que a condenariam, no futuro, a uma situação ameaçadora da sua própria existência e da continuidade da prestação do serviço público de transporte aos Aveirenses.

Por isso, obviamente que consideramos que é equilibrada a decisão do actual executivo quanto ao repensar de um futuro modelo de gestão eventualmente expresso na hipótese de concessão da sua exploração. Pelo menos, este Executivo pondera soluções para este problema. E não faz

como outros. Outros que perderam, que amuaram e não perderam tempo a correr para Lisboa para tratar da sua vidinha e viraram costas a quem cá ficou. Quem ficou foram de facto os utentes e, obviamente, dos trabalhadores.

Por cá deixaram umas vozes a apregoar um discurso demagógico, irresponsável e destabilizador que só tem instigado ao confronto e a discórdia e muito tem explorado as emoções dos trabalhadores numa lógica politicamente oportunista!

Para nós o mais importante é que se garanta, no futuro modelo de gestão da MoveAveiro o fornecimento deste serviço público a toda a população, obviamente assente numa cultura de responsabilidade ética e política. A diferença na futura gestão desta empresa municipal deverá assentar numa avaliação rigorosa e transparente, de estudos idóneos que definam os melhores índices de qualidade do serviço a prestar a todos os municípios. Traduzindo, desta feita, uma vontade séria em assegurar a sua viabilidade económica com vista à defesa de um serviço público tão essencial para Aveiro.

Sr. Deputado Municipal Jorge Afonso, deixe-me que lhe diga que, também nós temos noção da importância e do valor da natureza eminentemente pública deste serviço, serviço que é de todos os aveirenses. Por isso, a edilidade Aveirense deve manter uma influência decisiva nos Transportes Públicos, obviamente com lugar relevante, fiscalizador e de garante (tal como foi referido pelo Senhor Vereador).

Tudo isto com natural e principal objectivo de salvaguardar os princípios básicos que devem nortear a prossecução desta missão pública.

Por tudo isto senhor deputado, entendo que as Moções serão de enjeitar pelo oportunismo político das motivações e das intenções que realmente movem o Bloco de Esquerda na abordagem desta matéria. Tenho dito.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [40](#)

“Muito obrigado. Quanto a esta questão gostaria de dizer que relativamente à posição de concessão ou até nalguns casos de privatização não tenho uma posição hermética. Penso que se pode ser utilizada em serviços não estratégicos.

Penso também que a titularidade do capital social não é importante. Hoje gerir uma empresa pública ou uma empresa que está dispersa na bolsa é exactamente a mesma coisa — o que conta é a qualidade da gestão, não é o facto da empresa ser pública ou ser privada. Há má gestão pública nalguns casos, há boa gestão pública noutros casos, há má gestão privada nuns casos e há boa gestão privada noutros casos.

Quando se faz uma concessão para mim o essencial é que seja garantido o serviço público. O serviço público tem de ficar perfeitamente garantido nos documentos e obviamente, anterior a isso tem de ser garantidos os direitos dos trabalhadores.

Trabalhadores com os quais tem de ser feita a concessão. Os trabalhadores devem ser chamados para esse processo. Devem ser tratados com a dignidade e com o respeito que merecem. E certamente, nalguns casos, até poderão trazer boas medidas e boas ideias ao processo de concessão.

O que tem acontecido em Aveiro é demasiadas pressões. Pressões nalguns casos até ilegítimas para conduzir este processo no sentido da privatização ou de uma eventual concessão.

Eu lembro que esse processo começou com um anúncio por parte do presidente da concelhia do PSD, de que iria ser privatizado 60% do capital da MoveAveiro. Algumas pessoas já esqueceram isso, mas eu não esqueço! Começou aí, mas depois ouve outras, em que o Senhor Presidente da Câmara afirmou mais tarde que já estava feito o activo da empresa, disse que ia para um processo de privatização, depois disse que ia para um processo de concessão, porque era melhor experimentar um processo de concessão para depois se privatizar.

Tem sido de facto uma pressão que considero nalguns caso até ilegítima. Por exemplo, não gostei do discurso do Dr. Pedro Ferreira, que estive muito atento, e achei-o demagógico quando afirmou as datas de pagamento aos trabalhadores.

É que o senhor Dr. deveria comparar a data de recebimento dos trabalhadores da MoveAveiro não relativamente a outros trabalhadores, mas relativamente a si. É que quando o senhor chegou à câmara muitos deles já eram funcionários da Câmara. Quando o senhor sair da Câmara muitos deles continuaram a ser funcionários da Câmara. Portanto para não ser demagógico devia fazer a comparação era: pagámos no dia vinte e o Vereador recebeu no dia vinte sete. Essa é que era a questão.

O que se verifica de facto na MoveAveiro é uma incapacidade da gestão para inverter o rumo da empresa — e não estou a falar do Presidente do Conselho de Administração, que é Vereador e terá obviamente muito mais que fazer. Aliás, o senhor Vereador falou em gestão profissional! Tem toda a razão. É necessária gestão profissional na MoveAveiro. Mas então não foi para isso que contrataram um Director Geral? Não foi para existir uma gestão profissional que contrataram um Director Geral? Então foi para quê?

Diga-me: quais foram os critérios para a escolha dessa pessoa? E por que é que não tem apresentado resultados? Se é Director da Empresa obviamente não posso assacar as culpas todas ao Presidente do Conselho de Administração que está lá, mas se calhar preside apenas aos Conselhos de Administração, mas tem toda uma estrutura para lhe apresentar o que deve ser feito.

Há Pouco falou-se em pessoal da MoveAveiro. Quais foram os motivos, razões, quais são os resultados que têm apresentado esta gestão? E já agora falemos de outros casos. Quais foram os critérios que levaram à escolha por exemplo dos fiscais da moveAveiro? E da chefe dos fiscais? Quais foram os critérios, digam? Houve concursos? Foram concorridos? Como é.

O grande problema de MoveAveiro é de facto a incapacidade de gestão. E a incapacidade que este Executivo demonstra em traçar um rumo para a empresa. Porque como todos nós sabemos “nenhum vento é bom para quem não sabe para onde vai”. E V. Exas. Não só não sabem onde estão como obviamente não podem traçar nenhum rumo porque não sabem para onde vão.

V. Exas declaram-se derrotados, baixaram os braços, e não são capazes de encontrar outra solução senão a de entregar a empresa a outros. Ou seja, pagar a outros para fazer aquilo que V. Exas deveriam fazer.

Porque é bom que o Senhor Vereador nos diga aqui quanto é que está a contar pagar ao concessionário para ele continuar com o serviço público dos transportes em Aveiro. E quanto é que teria de pagar para manter o serviço de transportes tal qual ele existe hoje. Não vá acontecer que para manter um serviço de transportes igual ao de hoje tenha a Câmara de gastar mais dinheiro do que gasta actualmente — vamos ver?!

E por aqui me fico por agora. Obrigado.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente. Começava exactamente pelos utentes que têm de sofrer na pele as vicissitudes da luta dos trabalhadores. Só que para isso tem de se assacar quem são os responsáveis.

E se efectivamente os trabalhadores tiveram de enveredar pela luta, são conhecidas as causas porque isso aconteceu. Estão desde Abril negociações para as quais não se avançou; houve várias ameaças de privatização da MoveAveiro; os salários foram adiados no seu pagamento. Aliás, neste particular ou os trabalhadores mentiram ou está a mentir o senhor Vereador. Porque disse que a 14 de Dezembro foi pago o subsídio de Natal, mas acontece que na sessão de Dezembro que começou a 30 de Dezembro o senhor Vereador disse que estavam em atraso os pagamentos porque não tinha vindo o subsídio do Ministério para fazer esse pagamento!?”

Como é que tinham sido pagos a 14 de Dezembro?

Depois, aponta-se para privatização da MoveAveiro. Depois também ouvi aqui falar nesta opção que nos aqui apresentada nesta Moção. Logicamente que sim. Mas o Executivo nunca a equacionou como opção para ser discutida no mesmo pé de igualdade.

Por outro lado os custos de um serviço destes não podem ser contabilizados meramente pelo dinheiro que entra e o dinheiro que sai. Aliás, o senhor Vereador tem algumas dificuldades em fazer contas embora a sua especialização o contradiga. Porque esteve aqui a fazer comparações de anos e do partido comunista e do bloco de esquerda e os seus anos, como se isso tivesse a ver alguma coisa com as suas políticas. Porque as suas políticas são políticas que já têm mais de 300 anos, as minhas pelo menos têm apenas 87 fez agora em 6 de Março. É mais novo; de facto é. Sou mais velho por isso sei alguns dos perigos de algumas privatizações; o Senhor por ser mais novo tem essas dificuldades. Depois relativamente a estes custos, do dinheiro que entra, e dos gastos que se tem, há um custo social que se tem de ter sempre. E este custo social é pago com a rentabilidade do bem-estar dos munícipes — e é este que tem de ser contabilizado.

Depois, e por último, queria dizer aqui que há exemplos de empresa privatizadas que funcionam mal e em contrapartida há outras que sendo públicas são o que são, é obvio que sim. Mas depende do método que é utilizado na gestão nas empresas. Quer dizer que se nós trocássemos os gestores de uma empresa que funciona bem com os gestores de uma empresa que funciona mal nesta situação as empresas funcionavam inversamente. Isto quer dizer o seguinte: deve-se responsabilizar as administrações pelos bons resultados. A impraticabilidade de uma empresa pública em ser boa e o reconhecimento por parte do próprio gestor em não conseguir pô-la a funcionar bem é de facto a declaração da sua incompetência para gerir. Muito obrigado.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [021](#)

“Muito obrigado. Muito brevemente dado que é nosso parecer que está esgotado e esvaziado o sentido desta discussão. Aliás, por parte do Partido Social-democrata foi muito mais benéfico a interpelação que o público no dia 25 aqui fez e as palavras que aqui foram proferidas pelo senhor Francisco Braga, que colocou exactamente a posição correcta em termos sociais. E é de problemas sociais que se trata e não de gestão. São problemas sociais aquilo que afecta os trabalhadores e que os trazem a movimentar-se e em luta com a administração e a recorrer ao último argumento que é o recurso greve para fazerem valer aquilo que entendem ser os seus sagrados e justos direitos.

O Partido Social-democrata não tem dúvida absolutamente nenhuma, nem pejo em afirmar que em primeiro lugar os homens, as pessoas, estão acima de qualquer outro interesse. Acima, inclusive, dos interesses políticos ou partidários e do uso abusivo que as forças político partidárias possam fazer de uma luta justa e de uma preocupação razoável que nós entendemos. Do que se trata aqui hoje, trata-se de um processo político em que o BE discute a primazia da representação dos trabalhadores da MoveAveiro com o PCP. Um apresenta esta Moção o outro vem-nos apresentar uma Moção de Censura!

Não está em discussão nem ninguém levantou aqui um problema em Aveiro de que a Câmara Municipal tencionava extinguir a MoveAveiro. E quem ouve, e a forma como é dito, e a veemência com se proferem as palavras parece que o que está em causa é a extinção da MoveAveiro! Amanhã ou depois de amanhã, quando a Câmara tomar uma decisão, os trabalhadores da MoveAveiro vão todos para casa e vão todos que preencher o subsídio de desemprego, porque vai entrar tudo no desemprego.

Senhora Presidente, senhores deputados, o que está em causa e o que se discute, é mais do que isso. É o direito ao trabalho e ao trabalho com dignidade por parte dos trabalhadores e é

também, que um serviço público que custa muito caro ao concelho e aos munícipes seja dado de uma forma que dignifique trabalhadores, dignifique executivo, dignifique esta assembleia e dignifique os utentes.

Foi aqui colocado superiormente e duma forma que me impressionou, por um jovem Vereador desta Câmara a situação clara e correcta da situação. Foi aqui demonstrado que este Executivo ponderou e reflectiu e tem a clara consciência dos problemas que se põem, e mais do que os problemas, tem de decidir no mais breve curto espaço de tempo. E disse-nos que há quatro decisões. Continuar tudo como está, a extinção, a concessão e a privatização. E é isto que este executivo está a reflectir. E é isto que a própria administração julgo está a reflectir. E os próprios trabalhadores sabem, já tiveram uma reunião e tem marcada uma nova reunião já para o dia de amanhã, para que em termos da nova legislação (refiro-me aqui ao Dec-lei 12-A/2008 de Fevereiro), que é preciso efectivamente fazer um ponto da situação do que foi negociado, e do que foi entendido como certo e que possa estar em contravenção com a legislação entretanto saída.

Foi aqui dito que isto foi adiado por sofisma! Que a administração ou a Câmara esperou por nova legislação para entrar em novas negociações — é uma forma de ver as coisas. Não criticamos que tenham concluído deste jeito. Mas também entenderem que para quem tem um sentido positivo e prático das coisas, entendo que seria muito pior que se tivessem feito as negociações na base da anterior legislação e chegassem ao fim e dissessem “volta tudo à estaca zero” porque afinal a legislação é outra. Entendo que é um respeito aos trabalhadores, e o Governo tinha avisado e todos nós sabíamos que iria sair nova legislação, que foi melhor adiar as negociações com vista a que se reiniciem e agora sim, claramente, nos termos da legislação. E é a isto que o Partido Social-democrata apela, responsavelmente, publicamente, é que efectivamente a administração e naquilo que compete ao município, que haja uma abertura total e absoluta aos trabalhadores, que haja negociações, que haja conversações, e que se encontrem as melhores formas para que trabalhadores e beneficiários tudo seja servido da melhor forma. Não estamos aqui numa luta de classes como muitas vezes as pessoas querem entender. Entendemos e dizemos que tudo será útil se tivermos a capacidade de entendermos a linguagem e as palavras que nos são ditas e transmitidas seja pela forma que seja, algumas delas criticáveis, mas tudo será útil se nós soubermos compensar e reduzir a pertinência ou a impertinência de certas posições, sempre no sentido de que nós estamos disponíveis para o diálogo para a concertação e para que efectivamente surja um acordo da empresa para que os trabalhadores não possam ser prejudicados.

Senhora Presidente, senhores deputados, da parte do Partido Social-democrata era esta a informação que nós tínhamos a transmitir. É este o apelo que deixamos. E é a garantia que estamos, estivemos, e estaremos sempre a que estes problemas se possam solucionar com os mínimos custos para todos nós; Câmara, município, utentes e trabalhadores. Disse.”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [022](#)

“Para começar Senhora Presidente, quero dizer que não entendi a arrogância e o modo como o Senhor Vereador Pedro Ferreira se dirigiu a esta Assembleia quando diz que tem trinta anos e que a maioria presente tem mais do dobro. Ou seja, toda a gente está obsoleta só o Pedro Ferreira é que é moderno?! Efectivamente é ainda um rapaz que começa a gatinhar na escola da vida — e começa mal! Porque afinal, poucos ou nenhuns lhe reconhecem capacidades e competências e penso que dificilmente será um prodígio.

É que depois de termos ouvido nesta Assembleia as queixas dos trabalhadores da MoveAveiro contra a sua administração e a Câmara, por andarem quase há um ano a entretê-los e a não fazerem negociações sérias. E ao não termos ouvido por parte da Câmara justificações para os seus comportamentos lesivos para com aqueles trabalhadores, compreenderá Senhora

Presidente que ninguém honestamente aceita agora qualquer justificação para o que se tenha passado — tenha sido a intenção de privatização ou não.

Depois, o conhecimento que toda a gente tem do que se está a passar, transmite uma péssima impressão e um conceito duvidoso sobre uma entidade que deveria ser padrão de um comportamento exemplar. É que uma Empresa Municipal ou uma Câmara não pagar a tempo e horas aos seus trabalhadores é inusitado; penso mesmo que é caso único no país.

Podemos correr e saltar, mas não pagar a quem nos serve não tem justificação em lado nenhum muito menos numa Empresa Municipal. Ninguém pode entender que trabalhadores que cumprem zelosamente as funções que desempenham, não recebem os seus salários a tempo e horas e como toda a gente tem uma família para sustentar e compromissos inadiáveis a cumprir. De certeza que muito deles, como nós, têm agendado os pagamentos de prestações de dívidas a outros que serão logicamente no dia em que recebem o seu salário ou no dia imediatamente a seguir. É que uma família não é propriamente uma empresa municipal ou uma câmara municipal. Um cidadão comum não pode adiar pagamentos nem tem hipóteses de negociar ou renegociar dívidas. Tem prazos para cumprir religiosamente as suas obrigações com os credores. E não o fazendo, além de mancharem o seu bom-nome ficam notados como maus pagadores e perdem créditos futuros. Portanto é lamentável Senhor Presidente que nem o Senhor nem o Senhor Vereador foram capazes de resolver o conflito daquela Empresa Municipal que existe.

No dia em que eles cá estiveram a manifestar o seu descontentamento, não conseguiram arranjar desculpas para as vossas faltas — o que me deixou diga-se abismado! Mas conseguiram arranjar dinheiro e desculpas também para sarar outras situações que no meu ponto de vista e relativamente ao que se passa com a MoveAveiro são menores — o que é difícil de entender. É que quando ouvi os trabalhadores da MoveAveiro queixarem-se do comportamento da sua Administração e da Câmara, ainda tive a esperança que o Senhor Vereador ou o Senhor Presidente se justificassem, deixando-nos a todos de cara à banda. Concluiu-se que não foram capazes, mas foram honestos. Faltava-lhe a razão porque essa estava toda do lado dos trabalhadores. Resta-me apenas um consolo Senhor Presidente, a bancada que apoia esse executivo vai apoiá-lo certamente neste caso da MoveAveiro, acredite que até lhe vai dar razão. Mas como pessoa inteligente que é sei que não vai acreditar nisso. Vai acreditar como todos nós que, as palavras que vai ouvir, são o eco da razão da força e não a força da razão.

Para terminar e porque é dever de todos nós combater a ignorância esteja ela onde estiver, quero dizer que Bolchevique é sinónimo de maioria e Menchevique é significa minoria vanguardista. Portanto Senhor Prof. Manuel Coimbra, quando não compreender as coisas não se ponha aos saltinhos e aos guinchos na cadeira. Pergunte que há sempre quem lhe explique Disse.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) ⁰²³

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁴

“Muito obrigado Senhora Presidente. Também muito rapidamente, porque está tudo praticamente dito e apenas para ressaltar ou ressaltar dois ou três pontos.

Primeiro fazer notar uma divisão clara, evidente, óbvia, que é como diria o nosso Primeiro-ministro, o estado da oposição que temos. E o estado da oposição que temos é claramente um estado dividido, um estado partido, perdoem-me a frontalidade, um estado sem qualidade.

Foi aqui dito que estávamos num debate teórico? Já não ouvia esta expressão há muito tempo. Ainda bem que a ouvi aqui hoje — lembrou-me situações passadas. Não estamos claramente num debate teórico. Estamos num debate sério, um debate honesto, frontal, em que a própria bancada do maior partido da oposição teoreticamente (como diria um alemão a

viver em Portugal, mas em português arranhado) a própria oposição tergiversa, como diria um anterior Presidente de Câmara. Tergiversa e dubiamente não se manifesta. Manifesta-se por um lado a favor das posições de um Vereador, quando diz que estamos a ser “espoliados” pelo Governo da nação, no caso vertente dos transportes, mas manifesta-se depois não se manifestando e não apresentando aquela que é a sua opinião.

Eventualmente na Internet essa oposição diz que por princípio (disse hoje aqui também timidamente) não é contra privatizações nem concessões neste caso, noutros já disse claramente que sim, que é contra. Avalia critérios, lança dúvidas, lança suspeitas! Essa oposição, o maior Partido da oposição, quando lança dúvidas e suspeitas nunca, nunca, concretiza. Nunca diz quais são as dúvidas, quais são as suspeitas (fundadas ou infundadas), nunca aponta o dedo, nunca diz o que é que se está a passar de irregular. Eu próprio poderia lançar dúvidas! Mais atrás notícias houve mais atrás, dizendo que estavam interessados em comprar a Moveaveiro — os senhores lembram-se disso? E porque é que os senhores não dizem? Quando têm dúvidas façam a pergunta! Mas questionar não é para todos, é para mestres. Questionar não é para todos, é só para mestres. É preciso aprender! É outra citação, não é Dr. António Rodrigues? E por isso, nesta sala, hoje, andamos aqui às voltas horas e horas e horas, sem nada que pudéssemos espremer, quando no fundo no fundo, parafraseando também o nosso Primeiro-ministro, aquilo que temos que fazer é dizer claramente que há quem tenha sido eleito para decidir e vai ter que decidir — ponto final. Que há quem esteja no Conselho de Administração da Moveaveiro e que fatalmente vai ter que se entender com os trabalhadores da Moveaveiro, fatalmente, e os trabalhadores da Moveaveiro com o Conselho de Administração da Moveaveiro, mais nada, é tão simples como isto.

Quando se diz que não se é contra privatizações, nem concessões — mas só vendo e aprovando cadernos de encargos! Mas então passa pela cabeça de alguém nesta Assembleia Municipal que uma concessão possa ser aprovada sem que um caderno de encargos aqui possa vir? Passa pela cabeça de alguém? Mesmo que não seja colocado na Internet algo tão importante como isto? Coisas muito menos importantes têm que vir? Passa pela cabeça de alguém, também que alguém naquele executivo e nestas bancadas, seja ela qual for, esteja mais preocupado do que eu, ou que o Rocha de Almeida, Armando Vieira, do que o Jorge Afonso, do que o António Rodrigues, perdoem-me a ausência de qualificativo, com os trabalhadores da Moveaveiro ou com os utentes? Passa pela cabeça de alguém?

Agora, o que tem que passar pela cabeça de todos é que quem tem que decidir são aqueles senhores, ponto final. Mais nada! E que também tenham a certeza, de que aqueles senhores e a maioria que os suporta têm um projecto e isso é que vos dói. E isso é que vos dói! Têm um projecto, têm uma estratégia e sabem o que vão fazer. Não têm é o vosso timing, nem têm a obrigação de o revelar, nem têm que revelar quais são as premissas do timing. Isso nem o Engenheiro Sócrates faz. Fá-lo-ão quando tiver que o fazer, tranquilamente e nos sítios próprios. E nos sítios próprios! Tal e qual é obrigado a fazê-lo. Depois e para terminar, eu gostaria só de fazer uma pequena interpelação à Mesa que tem a ver com aquilo que esta bancada entende ser o oportunismo político inerente a estes dois “papers,” como se diz em Inglês. Já aqui foi utilizado o “papers” pelo Dr. Pires da Rosa, de maneira que eu vou na onda. Estas duas Moções são dois em um. É que numa delas defende-se com unhas e dentes o financiamento dos transportes públicos e sugere-se, diz-se que se envie ao gabinete do Primeiro-ministro; ok estamos todos de acordo, mande-se ao gabinete do Primeiro-ministro, isto é consensual. E depois, agrega-se uma cacetada no executivo (desculpem o termo e a brejeirice não é), com a incompetência, com as dúvidas, com tudo aquilo que o Sr. Jorge Afonso qualificou este executivo! Ora uma vem agregada à outra. Estamos a discuti-las em conjunto. Meu caro amigo, esta bancada é absolutamente contra esse oportunismo político. Não pode ser. E esta bancada claramente vai rejeitar as duas porque de oportunismos políticos já estamos fartos. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²⁵

(Saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

De seguida a Presidente da Mesa fez a leitura da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, que era do seguinte teor: ⁰²⁶

«Moção: Financiamento dos Transportes Públicos Municipais.

A utilização de transportes colectivos acarreta ganhos económicos tradicionalmente não contabilizados. O investimento no transporte público contribui para a redução da emissão de gases de estufa e potencia uma poupança energética considerável. O incumprimento das metas estabelecidas para emissão de gases de estufa custará ao país o pagamento de avultadas multas.

O investimento no transporte público permite benefícios económicos pela racionalização da ocupação do espaço, pela eficiência na mobilidade dos cidadãos, pelo aumento da produtividade e da qualidade de vida.

O Estado trata de forma diferenciada os serviços de transportes públicos do país, financiando em parte alguns como no caso das cidades de Lisboa e Porto, e negligenciando os restantes municípios.

A Assembleia Municipal de Aveiro reconhece os transportes públicos enquanto serviços básicos e essenciais a serem prestados à população, com significativos ganhos económicos e sociais, pelo que reconhece o interesse público no seu financiamento. Assim, a Assembleia Municipal de Aveiro defende a responsabilidade do Estado no financiamento dos transportes colectivos totalmente públicos e o fim do tratamento diferenciado aos diferentes transportes municipais, nomeadamente aos de Aveiro.

A Assembleia Municipal delibera ainda enviar esta moção para o Gabinete do Primeiro-Ministro, para o Ministério das Finanças e da Administração Pública, para o Ministério do Ambiente, para o Ministério do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para o Presidente e para todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da república.»

De seguida a Presidente da Mesa⁰²⁷ interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do PPD/PSD.

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²⁸

Retomados os trabalhos, a presidente da Mesa⁰²⁹ colocou à votação o ponto n.º 9 - MoveAveiro – Situação actual e futura, sendo a mesma rejeitada com vinte e três votos contra (PSD17+CDS6), uma abstenção (PSD1) e treze votos a favor (PS11+PCP1+BE1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Rocha de Almeida (PPD/PSD): ⁰³⁰

“Senhores deputados, o Grupo Municipal do PSD votou contra esta Moção, dado que por princípio está contra o Governo subsidiar áreas metropolitanas. Esse é que é o princípio errado. Depois, agrava-se o erro porque o Governo faz distinção entre portugueses. O cariz político que trouxe aqui esta proposta não nos impressiona, embora o entendamos. Mas também não subsidiamos jogadas políticas como a que aqui nos chegou. Temos no nosso princípio, de entender que as áreas metropolitanas façam aquilo que todas as cidades são obrigadas: que concessionem, que privatizem ou que façam parcerias público privadas. É isso

que o Governo está a fazer e a obrigar a fazer e é esse o nosso princípio. Por isso votámos contra.”

Vogal Carlos Candal (PS): ⁰⁵¹

“Bem, fiquei um bocado baralhado porque não entendi que a bancada do PSD tivesse votado contra! Bem, nós votámos a favor — desde logo. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto têm assento Constitucional, não se esqueça disso. E depois se esta Moção causa problemas, causa problemas ao Governo, não causa outros problemas. O problema é saber se é justo ou se é injusto. E é um preconceito essa ideia que esse tipo de serviço tem de ser concessionado, emprestado, apalavrado, e mais não sei o quê. E não nos choca a nós Socialistas que possa haver esta igualitação dos apoios a serviços públicos, porque se Lisboa e Porto têm por que é que Aveiro não tem? Não somos filhos do mesmo Deus?

Agora se nos pergunta se isto tem viabilidade, penso que não terá. Mas não quero dizer que não se faça.

Uma das regras da boa intervenção política é o sentido da oportunidade. Eu sei, eu sei. Mas normalmente chama-se aos que têm sentido da oportunidade (aqueles que são passivos e não fazem nenhum senão paleio) diz-se desses que são oportunistas — porque trabalharam! Porque apresentaram bem ou mal uma proposta concreta. Não sei qual é o oportunismo? É um problema que está nos casos do dia! Porquê? Porque o deputado singular brilha por isso. Pois brilha. Mas brilha pelos seus próprios méritos. Com uma proposta destas, singular, marcou mais pontos políticos (para bem ou para mal) de que todas as vossas bancadas todas juntas. Esta é que é a verdade. Chamem-lhe oportunismo. Portanto não havia razão para votar-mos contra, a abstenção era uma atitude passiva e omissa que não se coadunava, votámos a favor, conscientemente. Muito obrigado.”

Vogal Diogo Machado (CDS/PP): ⁰⁵²

“A bancada do CDS votou contra esta Moção reiterando que o fez apenas e só porque a considera uma mera demonstração de oportunismo político.

Oportunismo político porque agregada a esta outra vem disfarçadamente às claras, que pretende atingir obviamente os seus efeitos, que é o Executivo Municipal. Forma que nós não consideramos legítima. Nós não consideramos correcta, nós não aceitamos aceitável nesta câmara, através de algo que é relativamente consensual, que é relativamente reconhecido por todos, através de algo que é um facto nacional, pretende-se oportunistamente ganhos políticos. Para nós, isto é (e desculpem-me repetir-me), oportunismo puro e simples. Muito obrigado.”

De seguida a Presidente da Mesa⁰⁵³ fez a leitura da Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, que era do seguinte teor:

«Proposta de Recomendação: Remunicipalização da Empresa Municipal de Mobilidade.

O serviço público de transportes colectivos apresenta elevados benefícios sociais, desempenhando um importante papel na mobilidade dos cidadãos e na coesão territorial. A estruturação de uma rede de transportes colectivos permite a optimização e racionalização da ocupação do território e do desenho urbano.

A aposta nos transportes colectivos traz benefícios económicos tradicionalmente não contabilizados, principalmente com o advento do mercado de emissões de carbono, permitindo a redução do gasto energético e da poluição.

Assim, os transportes públicos desempenham um papel estruturante no aumento da qualidade de vida e no desenvolvimento socio-económico, constituindo portanto um serviço público básico e essencial para a população.

Desde a sua criação, a empresa municipal MoveAveiro não demonstrou qualquer benefício a nível da mobilidade em Aveiro ou da gestão da empresa. Pelo contrário, a estrutura de

empresa municipal prejudica gravemente os trabalhadores que se vêm privados de um dos seus mais básicos direitos: o cumprimento dos compromissos e o pagamento dos seus salários atempadamente.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera recomendar à Câmara de Aveiro que tome medidas para manter os serviços de transportes colectivos e de mobilidade na esfera pública, nomeadamente:

- 1. A extinção da empresa municipal MoveAveiro;*
- 2. A incorporação de todo o património, de todos os serviços e de todos os trabalhadores, sem perda de direitos, na Câmara Municipal de Aveiro;*
- 3. Quando reunidas as condições e o entendimento necessário, o alargamento do âmbito dos serviços de mobilidade a nível intermunicipal.»*

De seguida a Presidente da Mesa¹⁵⁴ interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido do Grupo Municipal do PS.

Retomados os trabalhos, colocou à votação a proposta de Recomendação, sendo a mesa rejeitada com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS6) onze abstenções (PS11) e dois votos a favor (PCP1+BE1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Carlos Candal (PS):¹⁵⁵

“Muito singelamente. Isto as palavras são equívocas. Nós abstivemo-nos porque esta Recomendação não é oportunista nem é oportuna. Não é oportuna. Esta perspectiva deveria ser precedida de um amplo debate. Uma Recomendação deste género deveria ser agendada. Nós os Socialista admitimos as hipóteses todas: a remunicipalização; a concessão; a incorporação, todas; mas tem de haver estudo. E esta Recomendação em bom rigor não tem toda a fundamentação porque não estuda as alternativas.

Se formos à história da MoveAveiro e à polémica na outra administração municipal, devo dizer que o PSD foi um pouco incoerente na sua votação — deveria ter votado a favor! Eu pessoalmente sou a favor da municipalização, mas eu sou apenas eu. Bem, está explicado porque é que nos abstivemos.”

Vogal Diogo Machado (CDS/PP):¹⁵⁶

“Só para fazer uma declaração de voto em nome da bancada do CDS, dizendo que votámos contra por três motivos: porque ouvimos com atenção a explicação aqui trazida pela Câmara Municipal; porque ouvimos com atenção e nos desagradou a explicação e a sustentação da recomendação aqui trazida pelo representante do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda; e porque está claramente definido quem tem de decidir, quem tem de decidir a estratégia e quem tem que a prosseguir — esses são os integrantes do Executivo da Câmara Municipal no seu timing e no seu passo. Essa estratégia está a ser prosseguida e xii ser prosseguida na sua lógica.

Também está claramente definido que quem tem de fiscalizar essa estratégia somos nós nesta câmara — e temos a certeza que a Câmara honrará esse compromisso.”

PONTO 10. – ANÁLISE DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE NO CONCELHO DE AVEIRO – ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS.

A Presidente da Mesa⁰³⁷ deu a palavra ao Líder do Grupo Municipal do PCP, para fazer a apresentação do documento.

Vogal António Regala (PCP):⁰³⁸

Presidente da Mesa:⁰³⁹

“Senhor deputado quando solicitou à Mesa o agendamento da Análise do Sistema Nacional de Saúde no Concelho de Aveiro, apresentou um documento base e que foi distribuído em devido tempo aos senhores deputados. Hoje fez chegar à Mesa uma Moção para distribuir aos Senhores deputados. Vamos discutir hoje o documento à análise que não tem votação e deixaremos para a reunião ordinária seguinte a questão da Moção.”

Vogal António Regala (PCP):⁰³⁹

“Senhora Presidente, isso não faz sentido nenhum. Eu vou explicar...”

Presidente da Mesa:⁰³⁹

“Pode até não fazer sentido nenhum, mas a Mesa no seu critério discutível, resolve que hoje se trata do ponto agendado e que numa próxima reunião será debatido e discutido o texto da Moção que aqui apresenta hoje.”

Vogal António Regala (PCP):⁰³⁹

“Então se me permite eu fazia um ponto de ordem à Mesa. Aceito a alteração deste ponto para a próxima Sessão porque não tem jeito nenhum ficar manco sem a Moção...”

Presidente da Mesa:⁰³⁹

“Compreendo perfeitamente e aceito de bom grado, agradecendo profundamente o bom-senso do Senhor Deputado. Digo isto sentidamente. Sabe porquê senhor deputado? Porque são dez minutos para a meia-noite e estivemos aqui a partir pedra para os senhores trabalhadores da MoveAveiro ouvirem, e numa coisa que poderia ter sido resolvida em três pontos, que poderia ter sido resolvida com parcimónia e bom-senso demorou não mais que duas horas. Por isso, enquanto representante máxima deste órgão felicito-o pelo seu bom-senso e espero que o seu bom-senso venha a ser seguido por todos os elementos desta Assembleia Municipal. Vamos então passar ao ponto seguinte.”

PONTO 11. – ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – MOÇÃO DE CENSURA.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Líder do Grupo Municipal do PCP, para fazer a apresentação do documento.

Vogal António Regala (PCP):⁰⁴⁰

“O PCP decidiu apresentar esta Moção de Censura antes do mais porque se trata do exercício de um direito que assiste a qualquer membro da Assembleia Municipal, expresso na Lei. Tal como a mesma o diz, secundada pelo nosso Regimento nas alíneas a) e i) dos artigos 60º e 2º, respectivamente, pode apresentá-la por avaliação da acção desenvolvida pela Câmara ou por qualquer dos seus membros.”

Não é nosso entendimento que uma Moção de Censura possa ser apresentada sem que existam fortes razões para o efeito. E é nosso entendimento que existem mesmo fortes razões.

Que fique bem claro que não nos move qualquer discordância de atitude pessoal ou mesmo tentativa de ataque pessoal a qualquer membro do executivo, antes, o que aqui se coloca é uma questão de políticas e da definição e execução das mesmas.

A Campanha eleitoral para as Autárquicas de 2005, em Aveiro, foi reforçada por todas as forças políticas, exceptuando o PS, pelo reconhecimento do endividamento da Autarquia, situação que já vinha sendo combatida pela então oposição na Assembleia Municipal.

Nunca este conhecimento foi utilizado para se avançar para uma eficaz planificação que previsse o combate à dívida e invertesse o sentido ascensional da mesma (ouvem-se vozes).

Com o decorrer do tempo, foi encontrado como justificativo para a inoperância, a falta das conclusões das duas auditorias então feitas à Câmara. Só que estas constataram o já conhecido, não disponibilizando, como já se previa, nenhuma fórmula mágica para debelar a crise. Foi tempo perdido, muito tempo perdido. A dívida de hoje é substancialmente superior à de Dezembro de 2005.

E isto sem que se veja onde é que o dinheiro foi gasto, pois no essencial, pagamentos de juros, de compromissos anteriormente assumidos, encargos correntes, são suficientes para aumentar o débito se não forem encontradas medidas que colmatem estas despesas.

Para agravar a dívida a maioria insiste em apresentar orçamentos perfeitamente irrealis. Com dívida elevada, a parte não resolvida é transportada para o ano seguinte, acrescida dos encargos correntes e de presumíveis novos. A receita que se tem de encontrar será de em valor igual. Só que esta, para o ser, é falaciosa, pois, para além de se saber que a receita corrente do ano nunca chega aos 50 milhões de euros, acumula-se a esta, rendas de não se sabe de quê (valor superior a 50 milhões de euros) e valor de venda de grande parte do património imobiliário da Autarquia, como que propondo o esvaziamento patrimonial da Autarquia.

Depois faz-se chegar a crise às freguesias. Não fora a apresentação desta Moção ter sido feita a 19 de Fevereiro e com certeza ainda não teria havido no final do mês a distribuição de parte de verbas em dívida para com as freguesias.

Mas, o Executivo adiando o envio das verbas que pertencem às Freguesias, está a impedir que se façam manutenções fundamentais das áreas rurais mais diversas do nosso Concelho, entrando-se num cenário que pode antever quase que um crescendo de pequenas mazelas que, de tantas, farão surgir grandes problemas nas Freguesias.

Além do mais vêm-se impedidas de dar sequência ao que prometeram realizar.

Como pseudo possibilidade de solucionar a dívida e dar uma ideia de abandono do imobilismo e da inoperância apresenta-se privatização de serviços e sectores de equipamentos públicos, demitindo-se o Executivo das funções para que foi eleito e dando de mão beijada a meia dúzia, aquilo que deve estar ao serviço de todos os Municípios. Nem tão pouco é apresentada qualquer contrapartida financeira vantajosa.

Os Municípios têm direito a uma Autarquia que utilize os seus dinheiros no serviço público, mantendo e melhorando equipamentos quer culturais ou desportivos, para utilização da população. Por outro lado é serviço público a existência de uma boa rede de transportes concelhios e a permanente actualização dessa rede, para que melhor sirva todos os lugares do concelho, nomeadamente os que por força de circunstâncias geográficas se encontram com mais difíceis acessibilidades.

A entrega de “mão beijada” da maioria do capital da PDA ao privado que acompanhava, com 49% do capital, a Autarquia nesta empresa municipal, é um acto que indicia a inexistência de preocupação de defesa da “coisa pública” e denota o desprezo a que é votado por esta maioria o património municipal.

As ameaças, até agora veladas, de privatização do Teatro Aveirense, são outro indício preocupante da pouca importância que a maioria dá à cultura, enquanto área que a todos deve servir e de que todos deverão poder usufruir.

O fazer-se da educação básica um bem determinado por uma qualquer entidade privada é a demonstração evidente do desprezo que este Executivo tem por uma área tão sensível do desenvolvimento físico e intelectual dos portugueses. Pretende o Executivo que com base na Carta Educativa recentemente aprovada, seja criada uma empresa público privada, em que a Autarquia terá obrigatoriamente capital minoritário. Esta empresa adquirirá 13 novas Escolas e fará a melhoria e alargamento de outras 13 já existentes do concelho. A gestão e manutenção deste equipamento competirá à citada empresa.

Como contrapartida o sócio privado terá direito de superfície tanto em solo como em subsolo para a construção de quatro parques de estacionamento no Rossio, Avenida, Hospital e Forca. Este protocolo durará no mínimo 25 anos.

Primeiro as escolas deverão ser pertença do Município e dele depender a sua manutenção e gestão, já que descentralizada pelo Ministério da Educação.

Segundo, parques de estacionamento sim, mas na periferia e acompanhados de uma boa rede de transportes públicos que convidem o residente ou o viajante a dela usufruir. Reduzindo assim o tráfego no centro da cidade. Aliás como é afirmado na Comunicação do Sr. Presidente desta Sessão.

A Carta Educativa é um instrumento importante para, em conjunto com outras medidas, proporcionar o desenvolvimento intelectual, científico e físico aos nossos jovens. Não pode a maioria demitir-se desta obrigação, transferindo para terceiros, com ambições desconhecidas, o futuro dos homens de amanhã.

A MoveAveiro é o caso mais emblemático, pela negativa, da política privatizadora desta coligação. Já, aquando a criação desta empresa municipal, o PCP foi peremptório em afirmar que a sua criação só denunciava o objectivo da sua futura privatização. Disseram-nos que não. O resultado está à vista.

Não bastasse a intenção de a privatizar, provocam-se descontentamentos laborais de modo a desestabilizar o funcionamento da empresa. É o que acontece com o adiamento sistemático na resposta à proposta de Acordo de Empresa apresentada pelos trabalhadores. E mais grave ainda negando situações já acordadas dando o dito por não dito, quase que apalpando terreno para ver até onde vai a paciência das pessoas. Não bastasse isso, iniciam um ciclo de atrasos no pagamento dos salários e subsídio de Natal aos trabalhadores, dando, pela primeira vez na história recente do Município de Aveiro, a ideia de não ser “pessoa de bem”.

São estas algumas das razões que nos fizeram apresentar esta Moção de Censura, consubstanciadas nos três pontos finais da mesma.

São razões mais que suficientes para censurarmos este Executivo nas pessoas do seu Presidente e dos vereadores da Coligação, afinal quem determina estas políticas.

A posição que cada um tomar com certeza acompanhá-lo-á até ao final do mandato no sentido de se sentir ou não cúmplice destas políticas.

Por último refiro que independentemente do resultado da votação desta Moção, só a acção em manifestação dos trabalhadores da Moveaveiro, pela defesa do Serviço Público e dos seus postos de trabalho é uma enorme e verdadeira Moção de Censura de que não há memória no Município de Aveiro.”

(Saíram da Sala os Vogais Raúl Ventura Martins e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha)

Membros da Assembleia

Presidente a Mesa [III](#)

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [62](#)

“Ex.ma Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhores deputados, Ex.mo Senhor deputados António Regala. Vão as minhas palavras obviamente directas para a sua pessoa.

A incitativa que aqui nos trás é não mais que uma censura. Censura essa comunista que é dirigida ao nosso executivo camarário.

Embora reconheça que seja uma faculdade regimental que assiste a qualquer “grupo” municipal deste órgão colegial, vai-me perdoar a franqueza mas para mim ela não mais representa do que uma pálida revelação de um sector político, que como bem sabe, que felizmente se tem esmorecido à medida que o tempo e o progresso avançam! Mas indo directamente à moção, tenho para mim que os pressupostos anunciados na moção são completamente descabidos e injustificados em relação à realidade vivida em termos autárquicos. E obviamente que ela contrariam a vontade daqueles que elegeram democraticamente este executivo.

Senhor deputado, é compreensível, e bem sabe melhor que ninguém, que o PCP, filosoficamente defensor de regimes do tipo ditatorial-comunista, discorde de tudo e de todos. E que por isso mesmo, apresente aquela diferente leitura, já velha, daquilo que nós consideramos de governo autárquico, mas também à semelhança do que acontece no governo nacional.

Isto só se explica porque é uma consequência directa das suas opções e práticas políticas ortodoxas defendidas por V. Exa. e pelo seu partido.

Mas já agora, porque é que não nos fala aqui, hoje, dessas opções e dessas práticas?

Certamente que não fala Senhor deputado porque sabe, sabe muito bem que elas encerram muita vergonha e muitos atropelos aos direitos fundamentais cometidos em nome da ideologia comunista! Já agora aproveito esta circunstância porque é hoje uma actualidade, para lhe perguntar senhor deputado: vem aqui falar de moral política, pergunto qual é a sua posição do Sr. deputado e do seu partido em relação à barbárie que se vive hoje no Tibete?

Diga-nos lá, também aplaude ou censura?

Censura tal como censurou o governo chinês a vinda ao parlamento português do Dalai Lama.

Também subscreve a posição do seu Secretário-geral e dessa posição tonta (ouvem-se vozes).

Esta moção é-nos trazida sem que o PCP faça um debate sério sobre as medidas de política local e também as alternativas e as soluções que os seus partidários têm para o município de Aveiro. Esta moção de censura revela-se assim como um artifício político-partidário sem conteúdo relevante. Da leitura que fiz da mesma não se alcancei, não vislumbrei uma única proposta ou sugestão construtiva em relação aos problemas actuais da edilidade. O que só revela a falta de ambição e a deriva de quem faz oposição por mero reflexo corporativo e partidário.

O PCP anda mal (mais uma vez) pois devia pautar a avaliação que faz do Executivo por uma crítica pelo menos verdadeira. E não considerar que tudo é negativo ou tudo está mal, ao bom estilo “bota-abaixo” típico das forças políticas que se opõem por função e não por convicção.

É por isso mesmo que votarei contra esta Moção. E por seriedade política que nos leva de facto a considerar que é de manter este executivo. Ora para prosseguir essa missão a que se dedicou desde o início em prol de Aveiro e dos princípios e dos valores obviamente não comunistas. Tenho dito.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [63](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente. Esta Moção de censura vem aqui um bocadinho à disputa com o BE. É meu entendimento que o Partido Comunista tinha tomado a dianteira e era ele que estava a gerir as massas na luta justa dos trabalhadores da MoveAveiro, eis quando o Bloco toma a dianteira e então o Partido Comunista diz: bem vou apresentar uma moção de

censura em que a base é na mesma a MoveAveiro. Os trabalhadores que aqui estiveram foram-se embora e não assistem agora a este debate dos salvadores da classe do operariado. Em meu entender é bem denunciador o espírito do Partido Comunista ao apresentar esta Moção de censura.

O considerando inicial é caricato, inconsequente e de clara demonstração de que o Partido Comunista apenas age por claro oportunismo político. É o Sr. Deputado Regala que diz, no anterior mandato, e em tomadas de posição públicas, que o PCP deu nota da sua oposição aos descontrolos financeiros que se estava a viver e chamou a atenção para as dificuldades futuras que tal política iriam originar. Espantoso e deveras elucidativo! O PCP reconhece que o anterior executivo é o pai desta situação, mas não apresentou ontem uma Moção de Censura aos Socialistas!?. Que critério de justiça e de equidade preside às decisões dos comunistas nestas coisas de mero oportunismo político e de mero folclore para assim dar mais cor e mais vida à luta à contestação que alimenta na MoveAveiro.

É para nós, e já o escrevemos, um expediente injusto e perigoso que pode despoletar mais conflitualidade e propiciar o aparecimento de tensões que de nada servirão a não ser para complicar extremar e dividir as partes que devem sentar-se à mesa e procurar no tal respeito das leis, um acordo de empresa que a todos sirva.

Os considerando estão todos eles eivados de má fé, de falta de rigor, se não mesmo de falsidade. A afirmação de que este executivo tem vindo a aumentar a dívida, demonstra cabalmente a falta de rigor e de verdade que os comunistas põem no que afirmam.

Outro fosse o deputado que não o Senhor Regala e poderíamos pensar que seria falta de formação técnica que teria levado a uma afirmação menos verdadeira. Mas não! O deputado Regala sabe bem e percebe melhor que muitos que o que se passou, e passa, é a contabilização da dívida que não estava feita pelo anterior executivo.

Outra afirmação que não podemos passar em claro por ser irresponsável e mais uma vez eivada de má fé, é a de que se pretende contrair o empréstimo em que pela carência do mesmo empréstimo os encargos se aproximam de 10 milhões de euros ano. Repare-se que à cautela já se censura aquilo que ainda não se fez! Mas aquilo que se pretende fazer.

O Senhor deputado Regala e o seu Partido não têm razão absolutamente nenhuma no que afirmam. Os juros compensatórios do período de carência se vier e repito, se vier a ser concedido é pouco menos que 75 por cento do valor que ele afirma na Moção que apresenta.

É caso para perguntar: é com este rigor e com esta verdade que os comunistas querem censurar alguém? Se alguém aqui merece censura são os comunistas.

Mas há mais: Os comunistas querem censurar o executivo porque o executivo não pensa, nem age, nem obedece aos “dictats” dos Comunistas; argumenta o Sr. deputado Regala que o Executivo no poder apresenta como caminho único, para a resolução das despesas, a privatização dos Serviços Públicos fundamentais. – Ó Sr. Deputado Regala: mas que grande confusão em que o Senhor nos quer meter. Todos sabemos que o PCP, só defende nacionalizações; no caso da Moveaveiro, municipalizações, mas há, tem havido e haverá outras formas de reduzir a despesa, só demonstra o atraso e a incapacidade de adaptação comunista à realidade da vida pública, da vida social e económica do país.

Mas deixe-me perguntar senhor deputado: quantos pesos e quantas medidas usa o PCP? Onde está a vossa moção de censura, essa sim consignada nos termos constitucionais na Assembleia da República contra o governo socialista por privatizar, concessionar e entrar em parcerias público-privadas? Em Aveiro, nos termos regimentais da Assembleia Municipal, o Partido Comunista brinda-nos com o coloio de outras forças, de oposição a Élio Maia e ao seu executivo com uma censura, por pensar fazer aquilo que o Sócrates faz com o seu governo a nível nacional.

Um pouco de reflexão e algum bom senso, teria evitado este desnudado de critérios, e da existência de dois pesos e duas medidas na acção dos comunistas. Fique V/ ciente e toda a

oposição, que o trabalho desenvolvido e a desenvolver por este executivo, merece não só o nosso apoio, como o nosso incentivo. Há muito que fazer e acreditamos, e todos faremos por conseguir trazer para Aveiro, projectos, bem feitorias e investimentos necessários às nossas terras e à população.

A sua moção de censura é um boomerang, ela vai virar-se contra todos aqueles que a incentivaram, vai permitir ver afinal quem aproveita todas as oportunidades, como se em política tudo valesse a pena, e nada se teria que justificar.

Os executivos existem porque a população os elegeu. E para nós, Sociais-democratas, só aceitamos a censura que essa mesma população que nos elege, de quatro em quatro anos disser e ditar nas urnas de voto.”

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Vou falar sobre a Moção de Censura no sentido positivo-constructivo como sempre, porque é o nosso entendimento que serve tão bem na oposição como no poder.

E é o nosso entendimento, que o poder instituído, não tem sabido assumir a postura correcta perante a crítica construtiva, e em tudo aquilo que nós entendemos que poderia ser o desígnio maior, para propiciar e proporcionar, maior e melhor qualidade a todos os municípios — porque é na defesa dos municípios que aqui estamos. E não podemos de facto, cegamente, sem espírito crítico constructivo, sem, como há pouco e bem o porta-voz do CDS/PP, é bem mais importante questionar do que dar respostas.

E muito bem faz o PCP nesta Assembleia de questionar tudo aquilo que este Executivo deveria ter feito e ainda não fez. E bem andou o PCP ao levantar todos os pontos - e ainda são poucos, porque há mais, temo-lo dito aqui. Há muito mais pontos, porquê? O que os municípios de Aveiro carecem, requerem, é qualidade dos seus dirigentes. Qualidade essa que se avalia com resultados. O Executivo foi eleito para resolver um problema grave que assistia ao município — a existência de uma dívida. E o que é que nós vemos? Questionado o Sr. Vereador Pedro Ferreira de quanto era a receita e despesa mensal — tem um défice estrutural de 250 mil euros, dito pelo Dr. Pedro Ferreira.

Como é que se pode governar uma casa, pedir o que quer que seja, quando se possui um défice estrutural? Não é conjuntural, não é dependente de qualquer fluxo maior ou menor, benéfico ou prejudicial; não se trata disso! Trata-se de o trabalho de casa que este Executivo tem que fazer, que é governar e tentar governar bem o município e não o consegue.

Questionado o Sr. Presidente da Câmara, quanto é que lhe custa arrecadar um euro, não tem resposta!? Quer-se dizer quando nós elegemos e colocamos no poder quem tem que resolver um problema grave, a par de todos os outros, o que é que diz — nada! Ou diz que não resolveu nada, nem tem forma de o resolver.

E nós, quando o Executivo se coloca a exaurir os bens patrimoniais, chamamos à atenção para esse facto e efeito e o que é que faz: - segue inexoravelmente em frente para o abismo.

É o nosso dever aqui não governar, mas auxiliar à boa governação. Mas para isso temos que ter intérpretes de qualidade e competentes. Temos aqui dito, e esta Moção de Censura aponta a ponta do iceberg da incompetência deste Executivo. E é por isso que eu vou suportar o voto à Moção de Censura a este executivo apresentado pelo PCP.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“A dívida da autarquia, herdada da gestão PS, continua a crescer, mesmo após o executivo de Élio Maia ter mostrado um “plano de recuperação financeira” completamente inconsequente. A actual relação da CMA com o Beira-Mar – em muito condicionada pelo faraónico protocolo deixado pela gestão PS – é preocupante. Consideramos que a CMA tem dado um tratamento

diferente e privilegiado ao Beira-Mar, comparativamente às restantes associações e aos credores.

O Executivo PS alienou 49% do capital do Parque Desportivo de Aveiro (PDA) a uma empresa privada, onde no final o parceiro privado (minoritário) ficou com direito de veto.

O Executivo de Élio Maia, o PDA teve um estranho processo de aumento de capital. A autarquia entrou com os terrenos que tinha adquirido na zona do estádio e a empresa privada com dinheiro.

O resultado prático foi que, sem concurso público e sem a Câmara ter recibo nada em troca, entregou a maioria do capital do PDA ao parceiro privado e ainda ficou sem património (terrenos).

O executivo PSD-CDS/PP concebeu ainda um negócio, onde um parceiro privado renovará o parque escolar e construirá quatro novos parques de estacionamento subterrâneo no centro da cidade, em troca de uma renda pelas escolas, da exploração do estacionamento e do direito de superfície desses parques sem a viabilidade do negócio ser demonstrada, o que nos faz temer que o estacionamento se torne um negócio não rentável, subsidiado por todos nós. Esta medida é ainda desastrosa a nível do ordenamento do território e pelos DIREITOS DE SUPERFÍCIE.

A situação da MoveAveiro, com salários em atrasados e um acordo de empresa empatado desde Abril, demonstra bem a política de Élio Maia: a Câmara não cumpre os seus compromissos mais prioritários e não acautela o futuro dos trabalhadores tratando-os como desconhecidos

A concessão a privados da empresa às partes levará à sua insustentabilidade, à desintegração dos serviços prestado, ao aumento dos passes sociais e à diminuição das rotas menos rentáveis, mas essenciais ao serviço público. E, acima de tudo, a futura empresa privada será fortemente subsidiada: 1,2 milhões de euros por ano, aproximadamente o mesmo que a CMA tem investido na empresa agora pública.

Em suma, as políticas da coligação PSD-CDS/PP são certamente censuráveis e representam uma continuidade com a anterior gestão PS, já que no nosso entender a prioridade não é dada às pessoas e aos seus problemas, mas a operações e gastos financeiros de questionável interesse público.

(Entretanto saíram da sala os vogais Ana Carla Guerra Miranda Macedo e Manuel Vieira dos Santos)

Vogal Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [46](#)

“Vamos por partes. Primeiro, sobre a Moção de Censura em si (apresentada pelo PCP), e a meu ver, pelo menos, o que haverá a reconsiderar terá que ser forçosamente em dois painéis ou em duas perspectivas. A primeira o aproveitamento político claro, de fazer número político da moção de censura, objectivamente, por parte do PCP; depois a utilização de um mecanismo, de uma ferramenta, que à luz da nova lei que aí vem faria algum sentido, e portanto teria algum efeito; objectivo e se merecesse a aprovação levaria forçosamente a novas alterações. Bem, mas a nova lei, ainda estaremos aí para a ver, porque houve quem assinasse, e desassinasse e diga que já não é, e é ao contrário; - se calhar o Sr. Armando Vieira está mais por dentro dessa negociação ou desnegociação, e depois poderá nos informar noutra altura.

E depois; segundo ponto. O Partido Socialista, não pode dissociar-se efectivamente, do conteúdo que está na moção. O Partido Socialista, não pode, só por causa do intuito do seu subscritor, ou do texto, ou da forma, distanciar-se do seu conteúdo. Foi o que o PS fez, na moção da Moveaveiro, na recomendação feita pelo Deputado Jorge Afonso, pelo Bloco de Esquerda. Foi o que o PS fez, votando inclusive, ou fazendo uma censura contra o seu próprio governo, portanto o governo suportado pelo seu partido, do que entende ser em prole dos

interesses de Aveiro, portanto defendendo os interesses do município, acima do seu próprio partido como aliás deve ser e assim deve ser.

E portanto, esta câmara tem uma atitude, ou teve um desempenho destes dois anos e meio, que o PS considera ser altamente objecto de censura. E portanto, apesar de não sendo subscritores, apesar do PS não ter apresentado por modo próprio, - porque entendemos que não é o mecanismo adequado para censurar a câmara, pelo menos não neste quadro legal que vivemos hoje, o PS não poderá deixar de concordar com o conteúdo expresso com a censura.

Balanço: esta câmara municipal e em especial o seu presidente, que iniciaram a sua actividade, reunindo, recebendo toda a gente, numa atitude afável, tivemos até o episódio das galinhas, tão caricaturado que foi depois na comunicação social; e eu lembro-me de ter dito na altura ao senhor presidente: - cuidado senhor presidente, porque vossa excelência vai receber toda a gente, uma, duas vezes e três vezes e as pessoas depois vão ficar, inicialmente que estão agradadas consigo e que o seu problema vai ser resolvido, mas depois vão ficar ainda piores, porque vêm que apesar de serem atendidas, o seu problema não está efectivamente resolvido, e o que interessava era resolver o problema aos aveirenses e não tanto a atitude que se tinha para com eles, que concordo, deva ser afável.

Depois algumas pedras de toque. A parceria público-privada, que foi uma delícia para esta câmara. Parceria público-privada, que nunca veio agregada da proposta concreta do que vai custar ao município a renda dessa própria parceria, ou seja, quanto é que a câmara vai ter que financiar depois a parceria público-privada, pela feitura das escolas e pela manutenção do parque escolar e isso nunca veio aqui.

Segundo, a ideia preconcebida deixada no ar pelo Executivo, de que é possível candidatar-se aos fundos comunitários apesar de bem saberem, que a lei, ou o regulamento próprio do quadro comunitário de apoio, impede de se candidatarem.

Terceiro, o facto do executivo ter rejeitado à priori, ter suspenso a parceria público-privada, à espera de uma candidatura para ver quantas escolas eram atribuídas, que o PS chegou a sugerir isso, e o que é certo é que este executivo decidiu avançar com o negócio ainda assim, porque já estava feito e já aí está o concurso publico.

E portanto, uma censura muito forte para a autarquia por causa da parceria público-privada.

Depois o episódio Beira-mar que chegou a ser aventado em reunião de Câmara. Aliás, houve várias reuniões sobre este tema em que contemplava, pasme-se, a cedência de um terreno das piscinas para o Beira-mar e que este Executivo rejeitou a oposição de uma cláusula na cedência do terreno que vinculasse aquele terreno e o Beira-mar à prática desportiva — que é para isso que ele serve. E portanto, isso é altamente censurável também, para este Executivo.

Depois a questão da auditoria e a discussão dos números, por uma Câmara que resulta de uma coligação que se candidatou prevendo um montante da dívida que afinal se apura que é exactamente esse, e que quando toma funções, vem dizendo aos aveirenses que está preparado para resolver o problema da dívida, e depois nada resolve, apresentando umas medidas a dois anos, medidas que não tiveram consequência nos resultados financeiros da autarquia.

Depois o episódio da Moveaveiro que me vou escusar de me pronunciar porque já várias vezes falei sobre ele.

E depois, a pedra de toque de censura do actual Executivo, que lhe devo dizer Sr. Presidente, que obrigou o PS a votar contra e manifestando a imposição legal da sua desresponsabilização, com receio por este negócio, e eu disse-lhe na altura, olhos nos olhos Sr. Presidente, que acreditava na sua boa-fé e ainda hoje acredito, mas que receio que a sua negligência, não negligência na condução do processo, mas negligência política de perceber ou de entender, ou de querer aquele negócio como negócio possível, portanto essa negligência lhe vai causar, poderá causar, responsabilização pessoal no seu património e grandes dificuldades aos cofres da autarquia; estaremos a ver e averiguaremos isso no futuro se será assim.

Depois o que é verdadeiramente angustiante, face a isto tudo, é a postura do Sr. Presidente da Câmara. Que nada responde, que nada diz — é a ausência, o silêncio, a letargia!? Sr. Presidente há pouco disse-lhe por graça: “saia da toca Sr. Presidente, saia da toca”. Espero que me permita a expressão, mas o que é certo é que a frase também nada disse e também aos costumes disse nada. Isto já começa a ser imagem de marca do seu Executivo! E é grave Senhor Presidente. E isso também, para além dos erros que lhe aponte aqui e são graves, e que prejudicam claramente o Executivo, e só mencionei alguns porque só tenho dez minutos para falar (infelizmente), devo-lhe dizer que vai com dois anos e meio e infelizmente a actuação do actual Executivo me pedia mais alguns minutos para apontar mais esta ou aquela falha Sr.ª Presidente; lamento, mas seria assim.

E por isso fecho a intervenção até para guardar uma segunda de mão na esperança que o Senhor Presidente venha dizer qualquer coisa, o que devo dizer que não acredito muito, para lhe dizer que no início do mandato lhe disse, e espero que me tenha entendido, disse-lhe isto politicamente: - que tinha receio que os aveirenses conhecessem o princípio de Peter de trás para a frente no final do sei mandato.

E hoje com toda a honestidade tenho receio, que já hoje o conheçam de cor.”

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [047](#)

“Antes de mais queria manifestar a minha estupefacção pelas intervenções produzidas até ao momento de todas as bancadas!? Porquanto ao olhar esta Moção de Censura, não encontro ponto por onde se lhe pegue; porque ela é inócua, é extemporânea, é inconsequente.

E nem cumpre com aquilo que é um princípio basilar de uma Moção de Censura que é fazer com que haja a discussão política. Porque de política ela nada fala, orientações políticas nada diz — como tal não tenho forma de poder discutir esta Moção de Censura.

Ainda mais, por cima, quando de facto não vejo em circunstância alguma algo que possa evidenciar por mais remoto que seja alguma instabilidade dos órgãos eleitos. Com tal, censurar o quê, se censuram os senhores todos os dias? Para que é preciso fazer isto?

Bom, já vi que pelo menos conseguiu fazer com que alguns deputados desta Assembleia se pudessem “maravilhar” talvez com as suas próprias palavras. Porque alguns falam de facto para eles próprios, não falam para os outros porque ninguém consegue entender o que é que estão a dizer.

De forma que a minha posição muito clara em relação a esta Moção é de votar contra esta Moção de Censura, porque entendo-a inócua, e entendo-a inconsequente, não veio, nem vem, nem vai trazer num futuro próximo qualquer benefício ao município de Aveiro.

E deixe-me que lhe diga senhor deputado Regala, sem menosprezar a sua pessoa, mas que saudades que eu tenho do anterior deputado António Salavessa.”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [048](#)

“Senhora Presidente, eu era para prescindir da palavra, mas depois de todas as intervenções que ouvi vejo-me obrigado a dizer alguma coisa também sobre a moção de censura apresentada pelo PCP.

Ao contrário do orador que me antecedeu, o deputado António Regala não precisa que lhe dêem auto-estima ou lhe tirem auto-estima. O seu passado, as suas lutas... por muito que se esforce por desrespeitar o Sr. deputado António Regala, todos nós o conhecemos há dezenas de anos e, portanto, o conteúdo da sua intervenção é efectivamente um sumário do que tem sido esta câmara.

Mas depois quero dizer que me ri interiormente! Porque não ia fazer essa ofensa rindo-me para eles, das palavras do Sr. Senhor deputado Miguel Fernandes e do Senhor deputado Rocha

Almeida. O Senhor deputado Miguel Fernandes costuma fazer sempre discursos anti-socialistas, e anti-comunista, mas primário (é fruto da idade também). É como o Senhor Vereador Pedro Ferreira, tem trinta anos, está a começar a gatinhar, mas critica os Comunistas, critica os Socialistas, mas esquece-se que neste momento o seu PP anda pelas ruas da amargura porque CDS já não existe; os CDS's afastaram-se todos, neste momento nós vimos é PP's. CDS já não existe!

Depois o Senhor Deputado Rocha Almeida sabe que o seu Partido alberga muita gente (eu até diria mais qualquer coisa, mas não vou dizer), diz que há má fé na proposta dos Comunistas. Com má fé está o Senhor Rocha Almeida ao dizer estas palavras. Porque qualquer pessoa que veja o documento com honestidade vê perfeitamente que ali não há nada de mentira; não é enganoso. Uma coisa que eu detesto nas pessoas é mentirem. E o Senhor mentiu! O senhor mentiu aqui perante toda a gente. Já não digo inverdades porque já não merecem isso, quando tentam ofender as pessoas pessoalmente perdem o respeito dos outros.

Portanto, eu votarei a favor da Moção do Partido Comunista Português. Não pela força que ele vai ter, que não vai destituir de maneira nenhum o Executivo, mas é uma constatação de tudo o que não têm feito. E realmente é um princípio que nos deve reger a todos — o de haver verticalidade.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) ⁰⁵⁰

(Saiu da sala o Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) ⁰⁵¹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁵¹

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁵²

“Muito rapidamente. É extraordinária esta moção de censura desde já, para uma coisa e só por isso. O António Regala está de parabéns! É que com ela própria, com a moção de censura, e com este pequeno momento lidera a oposição nesta Assembleia. Parabéns António Regala e parabéns PCP, porque já aqui ouvimos dizer por partes que o partido socialista não pode dissociar-se desta moção. Mais uma vez parabéns António Regala, parabéns partido comunista português de Aveiro; obviamente. Não conseguimos perceber é que Partido Socialista é esse?! Porque um já desertou, o outro não se pronuncia, o António Regala está firme no seu posto (firme e hirtto como uma barra de ferro), defendendo uma moção indefensável, mas firme e hirtto e o Partido Socialista não consegue dissociar-se desta Moção, mesmo dizendo ela no seu primeiro parágrafo de abertura que em 2005, nas eleições autárquicas de Aveiro, todas as forças políticas concorrentes à excepção do partido então no poder (o PS) foram unânimes em considerar a situação financeira do município muito delicada?! Mesmo assim o Partido Socialista, por partes, não consegue dissociar-se desta Moção. Parabéns outra vez António Regala por liderar esta oposição.

Razão tinham alguns do CDS ou do PP ou do CDS/PP, quando dizem que a oposição realmente anda fraca por esta terra aveirense. Bom, por partes, outra vez, que estou a gostar deste discurso. É bom estar na oposição já lá estive. O exercício de alternância democrática é saudável. Alguns entendem-no, percebem-no, aceitam-no, mesmo ao fim de dois anos e qualquer coisa, outros não. Alguns passam uma vida inteira na oposição e sabem com isso conviver e sabem que mesmo manobras como estas de moções de censura, que são manobras que fazem parte desse exercício de oposição — outros nem por partes lá chegam e então vão a reboque. Vão a reboque de coisas (como disse e muito bem o Joaquim Marques) inócuas. Inócuas, porque falham nas contas, inócuas porque falham no timing, inócuas porque falham

na oportunidade, inócuas porque falham também na verdade que deviam ver vertida nelas próprias.

Esta Moção de Censura se fosse uma Moção de Censura fiel à verdade, não se resumiria a uma página quando apresentada em devida altura — e o Partido Comunista Português nunca o fez. Sempre se coibiu de o fazer — vá-se lá saber porquê; em oito anos de mandato do Dr. Alberto Souto. Vá-se lá saber porquê!

Agora, que um dos compromissos fundamentais (e outros não citarei) deste executivo é o rigor. É a contabilização ao cêntimo daquilo que se deve; é seguir o POCAL (e aqui toda a gente sabe o que é isso) como ele deve ser seguido. É meter na dívida, utilizando outra expressão brejeira, aquilo que é dívida, é abrir todas as gavetas e tirar de lá todas as facturas, é abrir todos os caixotes e tirar de lá todas as facturas, como a IGF muito bem disse e muito bem fez. Agora que o rigor está a ser seguido é que o Partido Comunista Português resolve de repente liderar a oposição e o PS não se dissocia disso? Há coisas realmente incompreensíveis! Há coisas realmente incompreensíveis. Nessa altura, nós CDS e também o PSD (recordo-me disso), apontámos o dedo vezes sem conta àquilo que estava a ser feito, aos critérios, às prioridades, às apostas, aos investimentos, tal e qual agora outros que agora também estão aos saltinhos na cadeira neste preciso momento, apontam e acusam. Só que agora tarde piam, tarde piam (como diz o povo), tarde piam e tarde piam, porque esta política de rigor é para ser seguida até ao fim; custe o que custar. Citando até alguém que vos é caro ao partido que vai na esteira do PCP, citando alguém que vos é caro “posso até perder as eleições que se seguem, mas vou para o governo para endireitar isto”. Uma diferença. Uma diferença. Aprendi hoje, que há uma coisa que se chama princípio de Peter de trás para a frente, e comecei a pensar, a dar voltas à cabeça, baralhado, como às vezes o Dr. Candal fica com algumas das intervenções deste lado, e pensei que haveria um princípio de Peter invertido. Mas, pensei eu, que o que mais se aplica a esta oposição é a lei de Murphy de trás para a frente. Essa sabem-na vocês, mas de trás para a frente.

Nós sabemos donde vimos claramente e para onde vamos — e vamos com toda a certeza. Vós sabeis e sabeis bem, vós Partido Socialista, algum Partido Socialista porque outro já debandou, vós sabeis e sabeis bem, foi dito, está gravado, que desta Moção não se dissociam, apoiam-na, votarão a favor. Portanto, o Partido Comunista Português redigiu algo que é um conjunto de falsidades, é algo que não se aplica àquilo que tem sido feito — até por esta listagem de obra que vou inibir-me de ler, seria maçador, se calhar a Câmara que o faça se quiser. Acho que não tenho muito mais a dizer. Obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ¹⁵³

“A Moção do PCP que hoje nos trouxe não tem rigor, não é séria e está errada no tempo e no modo.

Não é aceitável que o PCP finja desconhecer que a situação de desequilíbrio financeiro do Município se deve à governação anterior, e, a bem da verdade, não é admissível, que o PCP, no afã de mostrar serviço na oposição, ignore que o agravamento da dívida municipal se deve, significativamente à contabilização da dívida municipal que tinha sido omitida no tempo da gestão anterior na Câmara de Aveiro.

Lamentamos que o PCP encontre motivo de censura na fiabilização da informação contabilística que o Município está a fazer. Mas, da nossa parte, vamos, com toda a certeza, prosseguir o caminho da transparência e da correcção das contas municipais.

Afirmo aqui, que Aveiro não parou e não vai parar. O que parou foi o despesismo. E se hoje a dívida é maior, deve-se ao facto denunciado no relatório final da IGF, de se estarem, como obriga a Lei, a contabilizar facturas que estavam ignoradas, ou melhor dizendo que estavam na

gaveta. E, se as contas demoraram a apurar, reconhecamos que a causa se deveu à IGF, que demorou um tempo injustificadamente imenso a apresentá-las.

O PCP pode, mas não deve, ignorar a verdade sobre a situação financeira do Município, tanto mais que essa realidade resulta do que está descrito no Relatório da Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças ao Município de Aveiro, relativo ao triénio 2003/2005.

Ao confrontar o relatório da IGF com o texto da moção do PCP, nem os aveirenses, nem ninguém, perceberá a oportunidade desta moção. Dir-se-á que a moção veio tarde, que passou de prazo de validade.

Não percebeu, à época, o PCP, que a gestão financeira do Município de Aveiro era desequilibrada e insustentável, como também o era a do grupo municipal? Não reparou, então, o PCP, no crescimento do passivo e na situação financeira crítica da generalidade das entidades participadas?

Só por mera questão de política partidária pode o PCP fazer tábua rasa, na leitura da actualidade, do Relatório da IGF entidade independente e de competência insuspeita.

Sabem os aveirenses que município vai procurar sempre em diálogo e em concertação, procurar as soluções para os graves problemas com que se debate a vida municipal. Como refere o Relatório da IGF, a gestão financeira futura do Município está condicionada, herança pesada deixada pela anterior governação municipal. Não é, tal constatação, um alibi político, mas um constrangimento sentido no quotidiano.

As soluções justas que preconizamos não se coadunam com a que foi recentemente apresentada pelo Presidente da Secção de Aveiro do PS, para o reequilíbrio financeiro, assente apenas na redução dos funcionários municipais ou na diminuição dos seus direitos. Parece, de facto, uma medida mesquinha, perante um problema tão grande e julgamos ser socialmente injusta.

Os aveirenses e os colaboradores do Município sabem que não é deles a responsabilidade da situação financeira do Município e que, pela nossa parte, não vão ser réus da política desastrosa que a criou.

Estamos conscientes que a oposição vai criticar o investimento por causa das dívidas e a falta de investimento por falta de estratégia, ignorando, neste caso, as dívidas. Mas, o que é certo, os aveirenses bem o sabem, é que a par da contenção das despesas, este Município avança novas propostas, fazendo-o com as candidaturas a apresentar ao QREN. Projectos como o dos Corredores Ecológicos, o dos Centros de Freguesia, o do Parque Urbano e o da Bolsa de Salvaguarda de Arte Nova, vão, neste âmbito, contribuir para moldar o futuro de Aveiro e para tornar o Município mais atractivo e bem estribado no rumo do desenvolvimento sustentável.

O percurso de rigor e de ambição é o que temos vindo a trilhar desde o dia 22 de Outubro de 2005.

De forma sinóptica, julgamos que devemos ter orgulho no que fizemos nestes primeiros anos de mandato. Não o afirmo por quaisquer razões de ordem retórica, não! Faça-o com plena convicção.

Desde logo, porque prestigiámos a ética política, assumindo o compromisso eleitoral de reduzir os impostos municipais, nomeadamente o IMI, a Derrama e a Tabela de Taxas não Urbanísticas. Fizemo-lo no interesse do desenvolvimento local, no interesse dos cidadãos e das famílias. Fizemo-lo porque Aveiro precisa de atrair e fixar população e empresas. Fizemo-lo em ordem ao interesse económico que está para além da mais mesquinha necessidade imediata. Também a consolidação da proposta programática de reforçar a coesão municipal deu passos efectivos, com a realização regular de reuniões com os Presidentes das Juntas e com os Presidentes das Assembleias de Freguesia.

Congratulamo-nos por muitos dos problemas que encontrámos terem sido já resolvidos.

Resolveu-se o problema dos terrenos da Frapil e dos seus antigos trabalhadores. Com efeito, criámos as condições para que, finalmente, passados 21 anos, venham a receber aquilo que lhes é devido.

Resolveu-se o problema do edifício da Empresa de Pesca de Aveiro. Todos temos presente o triste cartão de visita que ele constituía numa das entradas da cidade, para já não falar das situações de miséria e degradação que ali se viviam, aos nossos olhos, nos últimos anos.

Resolveu-se o problema da Vitasal, que também se arrastava há anos, com prejuízos substanciais não apenas para empresa, como para o município, cuja dívida aumentava substancialmente em cada mês que passava.

Resolveu-se o problema do edifício da Vidor. Como se lembram, ainda há bem pouco tempo deparávamos com o triste espectáculo de um edifício cujas obras tinham sido abandonadas, acerca de 20 anos. Um edifício a oferecer perigos de vária ordem, para além de ser um símbolo do não cumprimento das responsabilidades, em tempo, assumidas pela Câmara.

Resolveu-se o problema do Plano de Pormenor de Rasos, resolveu-se o problema do Sr. Figueiredo Dias. É do conhecimento de muitos que a CMA tinha sido condenada, em Tribunal, a pagar, só a título de indemnização, a quantia de cerca de 20 000 euros mensais. No cômputo geral, com a resolução do problema, o município poupou largos milhares e milhares de euros. Concluímos e aprovámos o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro.

Na Habitação Social, acordámos o pagamento de uma pesada dívida para com o Instituto Nacional de Habitação e relançámos, com vigor, novos projectos.

Cumprimos com a cedência de um terreno, em Santiago, à Diocese de Aveiro, uma promessa escrita assinada há 25 anos.

Reforçámos os programas de integração e acompanhamento social em zonas de risco e, assim, materializámos os princípios políticos que defendemos com vista a fazer de Aveiro um Concelho mais solidário.

No sector ambiental, avançámos com a criação da Agência de Energia do Baixo Vouga.

Temos um grande entusiasmo e a vontade firme de recuperar a Ria de Aveiro. Com o programa “Sorria – Jornadas da Ria de Aveiro”, colocámos o tema na agenda política e traçámos caminhos para o desenvolvimento sustentável associado a este recurso natural.

Na política cultural, afirmámos e consolidámos os traços mais marcantes da identidade aveirense. Estamos a promover, numa iniciativa recentemente, recheada de um grande sentimento de gratidão, o conhecimento das personalidades que se distinguiram ao longo da nossa caminhada comum, através das conferências sobre os “Aveirenses Ilustres”.

Salvaguardámos o salgado aveirense mediante um amplo conjunto de acções, das quais recordo o I Curso da Salicultura Tradicional Aveirense e a Feira Internacional do Sal.

Realizámos, ainda, os Encontros de São Gonçalinho, as Festas da Ria e o encontro de embarcações tradicionais.

O apoio às colectividades locais, à Orquestra Filarmonia das Beiras, ao Teatro Aveirense e a valorização do espólio de Arte Nova, a melhoria do serviço dos Museus, somam factos indelmentáveis do trabalho que se vem produzindo nesta área.

O desenvolvimento económico e turístico do Município conheceu os projectos para os Portos de Pesca e de Recreio de S. Jacinto.

Conheceu também a marca Aveiro. Viu ainda nascer o Gabinete de Desenvolvimento Económico e de Fundos Estruturais, que, por via da execução e candidatura de projectos, muito contribuirá, no âmbito do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional, para o financiamento de investimentos prioritários para o Município,

Na área do turismo, não poderíamos deixar de nos congratularmos pelo facto da Praia de S. Jacinto (a única praia do nosso concelho), ter ostentado, nestes últimos dois anos, a Bandeira Azul e a Bandeira de Praia Acessível, galardões que nunca antes obtivera. Para que tal acontecesse, foi necessário dotar a praia de estruturas específicas que, até então, não possuía.

Na política de Juventude, salienta-se a criação do Gabinete de Apoio ao Jovem, a abertura do espaço Internet na Casa Municipal da Juventude e a criação do Portal Jovem.

No desporto, sublinhamos o avanço do projecto do Parque Desportivo de Aveiro, a adjudicação da obra da Pista Olímpica de Remo do Rio Novo do Príncipe e a aquisição de um terreno para implementar o novo pavilhão do Clube do Povo de Esgueira.

Também no respeito pelos compromissos eleitorais que assumimos e pela vontade expressa pelos respectivos órgãos autárquicos das respetivas Freguesias, terminámos com o projecto da Avenida de São Bernardo e alterámos o traçado da Avenida de Santa Joana.

Estamos, ainda, a elaborar o Plano Municipal de Mobilidade.

Colocámos o ferry-boat a funcionar, cumprindo um sonho antigo, de mais de 50 anos. Nesta primeira metade do mandato, firmámos ainda, com as duas corporações de Bombeiros, numa perspectiva de respeito pelo filantrópico trabalho que desenvolvem, acordos plurianuais, e foi ainda possível resolver o problema da escada grua para os Bombeiros Velhos e adquirir, para os Bombeiros Novos, o terreno para a construção do seu novo Quartel.

Acompanhámos com agrado e expectativa o fim das obras da Unidade de Saúde de Santa Joana. Depois de mais de dez anos de obras, de incontáveis paragens e de muitas discussões e dívidas, pela primeira vez, nos últimos dois anos, a obra decorreu com a normalidade com que todas as obras devem decorrer. Está pronta. Estamos a ultimar o conteúdo do Protocolo de Utilização a ser assinado com a Administração Regional de Saúde do Centro.

Olhando para as necessidades futuras, negociámos com o Estado o Quartel do Parque e um terreno do antigo Centro de Saúde Mental de São Bernardo.

Em cada um dos dias estamos a zelar por Aveiro, seja na requalificação do Canal dos Santos Mártires (já concluído), na limpeza e na conservação de monumentos, na pavimentação e iluminação de ruas, ou no arranjo da estrutura verde do Município.

No Programa Polis, concretizou-se a Ponte Pedonal do Cais dos Botirões, a pedonalização do Cais do Côjo e a reabertura do Mercado Manuel Firmino.

E muito mais se fez nestes dois anos e cinco meses. E fez-se sem comprometer o futuro. E fez-se estancando as despesas correntes municipais. E fez-se num período de transição entre quadros comunitários de apoio. E fez-se, ainda, apesar de termos de transferir para a banca, todos os meses 1,3 milhões de Euros só para pagar juros e encargos de dívida.

Esta é uma síntese do caminho que temos percorrido nos primeiros dois anos do nosso mandato.

Mas temos mais para dizer. É que a nossa acção não se tem limitado apenas ao que prometemos. O encontro com a realidade de todos os dias fez com que fizéssemos mais do que tínhamos prometido. E, por isso, temos muitas coisas mais, e de grande importância, que já fizemos e que, mesmo não tendo sido prometidas, gostosamente, podemos acrescentar àquilo que foi prometido e já se encontra realizado.

Apresentamos alguns exemplos: O Europeu de Futebol Sub 21.

O Campeonato Nacional de Natação.

A realização de uma prova da Taça de Portugal de Triatlo.

O regresso da Volta a Portugal em Bicicleta, com o arranque de uma etapa na nossa cidade.

Criámos o Gabinete Técnico Florestal.

Apoiámos os projectos das IPSS do Concelho ao Programa Pares, onde irão surgir, a curto prazo, mais 9 equipamentos sociais, dando resposta a mais nove carências sócias;

Realizámos as Jornadas de História Local.

Organizámos a Bienal de Arte Contemporânea.

Aderimos à Rota Europeia do Modernismo.

Concluímos as ligações “sem fios” nos computadores das Escolas Básicas do 1º Ciclo.

Procedemos à reposição do Monumento à Liberdade na Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Organizámos a Semana Verde e da Semana da Terra.

Realizámos uma Cimeira Ibérica sobre o TGV.

Apresentámos o Programa de Mobilidade para a zona poente do Bairro da Beira-Mar. Cedemos um terreno ao Corpo Nacional de Escutas para a construção da sua Sede. Participámos na organização do Congresso Ibérico de Gestores Desportivos. Avançámos com a consolidação dos muros na zona da antiga lota. Implementámos o Sistema Interno de Sugestões de Melhoria. Agendámos Reuniões de Câmara em horário pós-laboral, incentivando a participação dos cidadãos em prol de uma urbe melhor. Isto só para citar alguns exemplos do que foi implementado ou se encontra em implementação sem ter sido prometido na campanha eleitoral. Mas temos mais ainda, a título do que foi feito, mesmo sem ter sido prometido: A assinatura do Protocolo com o Ministério da Cultura no âmbito do projecto da Avenida de Arte Contemporânea. Assinámos, com o Ministério da Justiça, para implementar o Campus da Justiça de Aveiro, com uma abrangência não apenas local, mas regional. Mas para além das coisas que prometemos e que estamos a fazer e daquelas que estamos a fazer sem ter prometido, há mais uma coisa importante para transmitir. É que estamos a pagar em simultâneo muitas das obras feitas no anterior mandato e que não haviam sido pagas. Deixem-me dar alguns exemplos: O Teatro Aveirense. As obras de requalificação dos Paços do Concelho. A Capitania e todas as obras aqui realizadas. O túnel da estação. As duas avenidas novas que entroncam na rotunda da Policlínica, bem como a própria Rotunda da Policlínica, O Canil Municipal, a Ponte das Agradas, O arruamento 4 do Parque Desportivo, Parte das obras do Polis, nomeadamente o Mercado Manuel Firmino, Muitas obras nas Escolas e até o pagamento de refeições escolares, Parte do novo Estádio Municipal, O Centro Cultural de Esgueira, A nova sede da Junta de Freguesia da Vera Cruz, entre tantos e tantos outros pagamentos e tantas outras obras pagas e/ou concluídas por nós. E isto é, também, uma obra imensa... O difícil não é mandar fazer, mas sim o ter que pagar o que foi feito. Quanto ao Futuro uma palavra final. O Relatório da IGF confirmou a dívida Município acima dos 250 milhões de euros. A delicada situação financeira que herdámos só será resolvida em 15/20 anos, pois atingiu uma proporção tal que não há soluções imediatas. Todavia, não cruzámos os braços perante este cenário de profunda dificuldade. Apresentámos um Plano de Reequilíbrio Financeiro que está a produzir efeitos. O percurso é longo e não há milagres. Estamos a falar de um número, 250 milhões de Euros, que parece corriqueiro e banal, mas que corresponde à construção de seis estádios de futebol. Com a operacionalização deste Plano, conseguimos já uma grande redução das despesas correntes e estamos a atingir o equilíbrio de contas mensal, ou seja, a não gastar mais do que o montante que se recebe. Atacámos o problema pelo lado da contenção das despesas, mas também pelo lado da obtenção de receitas. Neste âmbito, estamos a preparar um conjunto de medidas que permitirão gerar liquidez para se honrarem os compromissos assumidos com as Juntas de Freguesia, com as Associações e com os Fornecedores.

Uma dessas medidas é o Plano de Saneamento Financeiro, que tem em vista contrairmos um empréstimo de cerca de 58 milhões de Euros.

Temos também em adiantada fase de preparação, a criação de um Fundo Imobiliário de Investimento.

Outra das medidas, visa a rentabilização das empresas municipais, nomeadamente os Serviços Municipalizados e a MoveAveiro.

Preparámos ainda, para os próximos seis anos, aquilo que será uma revolução profunda e qualitativa no Parque Escolar. Iremos constituir uma sociedade comercial para a construção, ampliação, instalação e conservação de equipamentos de interesse público, tendente a implementar a Carta Educativa.

Por isso, prevemos, neste âmbito da Carta Educativa, a construção de 13 novos centros educativos e a ampliação ou requalificação de mais 13 estabelecimentos de ensino, num investimento que rondará os 15 milhões de euros. Com o recurso a uma parceira público-privada vamos ter, em menos de uma geração, um parque escolar de excelência em Aveiro. E oferecemos aos Professores (que ultimamente têm sido tão ignorados e até ofendidos pelo Poder Central), ao pessoal Auxiliar da Acção Educativa (sempre tão esquecidos) e a todo o universo escolar, as condições físicas para podermos ter uma Educação de futuro e com elevados padrões de exigência.

Estamos também a estudar uma intervenção profunda na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, para lhe restituir dignidade e para lhe dar uma nova vida.

Estas medidas, e tantas outras que não temos tempo para vos descrever aqui, são decisivas para o desenvolvimento de Aveiro e para o bom-nome do Município.

Começamos, apesar de ainda nos debatermos diariamente com imensas dificuldades, a recuperar a confiança dos fornecedores, das empresas, das instituições e dos cidadãos. A Câmara de Aveiro está a readquirir a tão necessária credibilidade perante terceiros.

Já lá vai o tempo em que não nos forneciam um parafuso, uma refeição... absolutamente nada... se não pagássemos a pronto. Caíam penhoras todas as semanas.

Está-se a inverter o ciclo da desconfiança. Estamos a entrar na fase da confiança.

As pessoas já estão, lentamente, a confiar, de novo, na sua Câmara.

E esta é, como sempre o dissemos, a obra mais importante de todas as que tínhamos que conseguir.

A pior das coisas que pode acontecer a uma pessoa ou a uma instituição é não ter credibilidade. Nestes dois anos fizemos um bom trabalho nesta área. Porque sem esta obra da credibilização assegurada era impossível avançar para as outras obras. Tudo seria construído em alicerces de areia.

Mas queremos fazer ainda muito mais ainda.

Depois da extinção do projecto Aveiro Basket, que se encontrava falido, vamos reduzir as restantes empresas municipais.

Vamos, no final do mandato, ter menos pessoal no universo municipal.

Vamos apoiar o Teatro Aveirense, vamos desenvolver, na Aveiro Expo, um Parque de Negócios para reforçar a centralidade de Aveiro no domínio do apoio ao empreendedorismo e à competitividade das empresas e para contribuir para criar emprego e gerar riqueza no Município.

Vamos dinamizar, por todo o concelho, o surgimento de condições para que se crie mais riqueza económica e social e para que surjam mais empregos.

Este será o nosso caminho. O caminho de servir Aveiro e os Aveirenses.

Este é o caminho que no dia 9 de Outubro de 2005 os Aveirenses democraticamente escolheram. Este é o caminho de concretizar a esperança que nasceu há dois anos.

E este é o caminho que, com o sem censuras, os aveirenses escolheram e que por isso este executivo e esta sólida maioria que aqui está, tem o dever de cumprir e irá cumprir.”

Presidente da Mesa ⁰⁵⁴

“Senhores deputados vamos votar a Moção...”

Vogal Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁵

“Só para saber do andamento dos trabalhos porque eu não gastei o meu tempo todo e gostaria de gastar o tempo que me resta. Queria fazer uma interpelação à Mesa neste sentido, primeiro para recorrer da decisão da Mesa para o plenário, apenas e basicamente nestes termos: provavelmente só me faltam três minutos, não vi interessado nenhum mais em falar da segunda vez, e entendo que regimentalmente V/ Exa. tem que me dar esse direito e eu não vou prescindir desse direito.”

De seguida a Presidente da Mesa ⁰⁵⁶ colocou à votação o recurso para o plenário da decisão da Mesa, interposto pelo Vogal Pedro Machado Pires da Rosa, sendo a decisão da Mesa aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor (18PSD+6CDS) e oito votos contra (6PS+PCP+1BE).

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) – Nos termos do artigo 33.º do Regimento. ⁰⁵⁷

“Queria fazer um ponto de ordem à Mesa que tem a ver com a condução dos trabalhos. Para solicitar à Mesa que me permita apresentar um requerimento para que se passe imediatamente à votação da Moção.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento. ⁰⁵⁸

“Queria apresentar um protesto e dizer que, a bancada do PS vai abandonar a sala porque não foi respeitado o Regimento.”

(Saíram da Sala os Vogais Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, e António Ildebrando Nunes Costeira).

De seguida a Presidente da Mesa ⁰⁵⁹ colocou à votação o Requerimento apresentado pelo Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado, sendo o mesmo aprovado por maioria.

Continuando, a Presidente da Mesa ⁰⁶⁰, colocou à votação o ponto n.º 11 – A Actividade da Câmara Municipal – Moção de Censura, sendo a mesa rejeitada com vinte e quatro votos contra (PSD18+CDS6) e dois votos a favor (PCP1+BE1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Regala (PCP) ⁰⁶⁰

“Obviamente que é entendível porque é que o PCP votou a favor da Moção própria. No entanto já não é entendível que o PCP não possa ter tido a intervenção final, que por um golpe de mágica aqui traçado no sentido de impedir que falasse e tivesse que responder às situações que anteriormente aqui se passaram.

Obviamente que o que aqui se passou foi um role de obra efectuada pelo Executivo, muita dela também com o apoio e com o voto favorável do PCP, o que contraria de certa maneira alguns ditos de que estão cá só para destruir. Mas também o que é certo é que era o que mais faltava, era que o Executivo estivesse há dois anos e tal no poder e não tivesse feito nada.

No entanto a questão que aqui se coloca e que aqui se põe é uma questão de fundo. É a questão da delapidação do património do município de Aveiro, e é essa questão que é objecto desta Moção e é contra a delapidação do município e do seu património e o prejuízo para os seus municípios que esta Moção foi apresentada e que esta Moção foi votada a favor.”

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁶⁶

“Fiquei aqui no final e participei na votação por respeito político que a Moção merece. Já o mesmo não dei do comportamento da Sr. Presidente da Mesa pelas atitudes que aqui tomou hoje e do malabarismo político para ultrapassar regras que estão estabelecidas no Regimento — e até pela linguagem que utilizou há um bocado ao dizer até dos seus próprios deputados que são a maioria, que estiveram aqui a partir pedra. Aqui não se parte pedra Senhora Presidente! Faça o favor de ter cuidado com as palavras. Aqui discute-se política! E muitas vezes os deputados na sua maioria, passeiam nos ouvidos de toda a gente, porque gostam de o fazer, repetindo-se — sendo muitas vezes com atitudes completamente redondas.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁶⁶

“É com muita honra que votámos contra esta Moção do Partido Comunista e que estamos de corpo e alma com este Executivo, na prossecução desta política que visa melhorar a qualidade de vida de todos os Aveirenses. E temos a certeza que vai ser conseguido e daqui a dois anos teremos os frutos desta política. Por isso o nosso voto não poderia ser outro se não o voto contra.”

De seguida a Presidente da Mesa⁶⁶, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição. Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando a Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Fevereiro.

Eram 01:30 horas do dia 18 de Março de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)